

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO
CENTRO DE CIÊNCIAS JURÍDICAS E ECONÔMICAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM POLÍTICA SOCIAL
MESTRADO EM POLÍTICA SOCIAL**

BÁRBARA LEITE PEREIRA COLOMBI

**PARA ALÉM DA FLEXIBILIZAÇÃO E INTENSIFICAÇÃO DO
TRABALHO**

Notas sobre a discussão do termo *precarização do trabalho*

**VITÓRIA
2013**

BÁRBARA LEITE PEREIRA COLOMBI

**PARA ALÉM DA FLEXIBILIZAÇÃO E INTENSIFICAÇÃO DO
TRABALHO**

Notas sobre a discussão do termo *precarização do trabalho*

Dissertação apresentada ao Programa de Mestrado em Política Social da Universidade Federal do Espírito Santo - UFES, como requisito para obtenção do título de Mestre em Política Social.

Orientador: Prof. Dr. Mauricio de Souza Sabadini

VITÓRIA

2013

*A Fernando Colombi pela paciência e amor,
mas acima de tudo pela parceria. A FAPES
(Fundação de Amparo a Pesquisa do Espírito
Santo) pelo oportuno e impulsionador
financiamento.*

BÁRBARA LEITE PEREIRA COLOMBI

**PARA ALÉM DA FLEXIBILIZAÇÃO E INTENSIFICAÇÃO DO
TRABALHO**

Notas sobre a discussão do termo *precarização do trabalho*

Dissertação apresentada ao Programa de Mestrado em Política Social da Universidade Federal do Espírito Santo - UFES, como requisito para obtenção do título de Mestre em Política Social.

Banca examinadora:

Orientador: _____

Prof. Dr. Mauricio de Souza Sabadini (UFES)

Membro: _____

Prof. Dra. Rosa Maria Marques (PUC-SP)

Membro: _____

Prof.^a Dr.^a Silvia Neves Salazar (UFES)

RESUMO

Essa dissertação está vinculada à linha de pesquisa um do mestrado em Política Social da Universidade Federal do Espírito Santo denominada: “Reprodução e estrutura do capitalismo contemporâneo”. Seu objetivo principal é analisar do que se trata o fenômeno da precarização do trabalho no sistema capitalista de produção. Para atingir tal objetivo dividimos o trabalho em três capítulos: o primeiro deles procurou identificar se historicamente o modo de produção capitalista, em sua essência, deixou em algum momento histórico de apresentar traços característicos de precariedade. Já o segundo identificou como os autores brasileiros contemporâneos têm definido a precarização do trabalho, no intuito de contextualizar o leitor acerca do debate e, por último, houve uma averiguação da existência ou não de similaridade entre o termo precarização do trabalho com a flexibilidade e intensificação do trabalho, com o intuito de demonstrar a peculiaridade do termo precarização do trabalho. A hipótese dessa pesquisa é a consideração de que o capitalismo, da maneira como a história ilustra, impôs e impõe em suas relações de classes, sempre traços de fragilidade e precariedade para os trabalhadores. Esse é o ponto chave dessa dissertação.

Palavras-chave: capitalismo, relações de trabalho, precarização do trabalho.

ABSTRACT

This dissertation is linked to the line one in the master's degree of Social Policy at the Universidade Federal do Espírito Santo called "Reproduction and structure of contemporary capitalism." Its main objective is to analyze what it is the phenomenon of precarization of labor in the capitalist system. To achieve this we divide this work into three chapters: the first one sought to identify if historically the capitalist mode of production, in essence, left at some historical moment to introduce traits of insecurity. The second identified how the precariousness of work is used by authors, to contextualize the reader about the debate and finally there was an investigation if have similarity between the term precarious employment with the flexibility and intensification of work, in order to demonstrate the uniqueness of the term precarious work. The hypothesis of this research is the consideration that capitalism, in the way of story illustrates, imposed and imposing in its relations of classes, traces of fragility and precariousness for workers. This is the key point of this dissertation.

Keywords: capitalism, labor relations and precarious work.

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	7
1.1 MÉTODO	10
2 CAPITALISMO E TRABALHO PRECÁRIO: SINÔNIMO OU ANTÔNIMO?	16
2.1 A PASSAGEM DO NOSSO AO MEU: DO USO DA TERRA À PROPRIEDADE PRIVADA	17
2.1.1 Conto: O homem versus a Natureza	17
2.2 A IDEOLOGIA	25
2.2.1 Reportagem um: McDonald's: Maus tratos e superexploração	25
2.3 A CONDIÇÃO DE VIDA DOS TRABALHADORES	33
2.3.1 Reportagem dois: Trabalho precário, um drama diário	33
2.4 O QUE A HISTÓRIA ENSINA SOBRE A PRECARIZAÇÃO	47
3 A PRECARIZAÇÃO DO TRABALHO EM PAUTA: DEFINIÇÕES E ENTENDIMENTOS	49
3.1 A GUIA DE COMPLEMENTAÇÃO DO DEBATE	63
4 PRECARIZAÇÃO DO TRABALHO: A PECULIARIDADE DE UM TERMO	68
4.1 BREVE ANÁLISE SOBRE A FLEXIBILIZAÇÃO DO TRABALHO	71
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS	82
6 REFERÊNCIAS	84
6.1 LEITURA INICIAL	86

INTRODUÇÃO

No caminho de elaboração de uma pesquisa as diretivas assumidas pelo pesquisador moldam passo a passo a construção, reflexão e apropriação das escolhas a cada nova questão que surge no processo *do que se pesquisar*. Dito isso, são as dúvidas e o próprio sujeito através de sua história, de suas vivências, enquanto ser social, que vão apontar os comandos de onde é possível simplesmente *começar e recomeçar*, em uma sincronia constante do eterno movimento entre as possíveis respostas e as infinitas perguntas.

O início das indagações referente a essa pesquisa, portanto, se materializou na minha própria motivação enquanto trabalhadora da Política de Assistência Social. Afinal, eu me enquadrava em um cenário repleto de contradições e vivi em conjunto com meus companheiros de trabalho, inúmeros desafios para implementação dessa política que ainda alça vãos tímidos no que tange à valorização de seus trabalhadores.

No entanto, no decorrer do primeiro ano de mestrado, a intensificação dos estudos, as disciplinas ofertadas e a inserção nos diversos espaços que a Política de Assistência Social propicia, tais como, as conferências, o fórum dos trabalhadores e até mesmo o Conselho da referida política, proporcionaram uma nova soma de questionamentos. Não se pode afirmar que os trabalhadores da assistência tenham perdido a importância dentro do universo da pesquisa, muito pelo contrário, o caminho traçado elucidou que as dificuldades vividas pelos trabalhadores da referida política: de desproteção, fragilidades e desvalorização não se tratava de uma peculiaridade e sim de uma totalidade vivida por grande parte (se não todos) dos trabalhadores neste sistema capitalista no qual estamos inseridos.

Nesse limiar, as leituras realizadas com o objetivo de nortear essa pesquisa inicial - dos trabalhadores da assistência social - fizeram emergir um instigante questionamento,

que era intensificado a medida que a carga de leitura também aumentava: afinal, do que se trata o termo *precarização do trabalho*? Das inúmeras palavras que contemplam o estudo sobre o trabalho: flexibilização, informalidade, intensificação etc., o termo precarização aparece sem a devida problematização ante a um contexto que se evidencia cada vez mais contraditório e complexo. Essa observação fez emergir a necessidade de, enquanto pesquisadora, contribuir com o debate acerca das discussões que envolvem a temática sobre trabalho.

Nessa linha, essa dissertação apresenta tanto relevância científica quanto social. Por primeiro, cientificamente, o estudo que se apresenta problematizará o termo em questão, no sentido tácito ao verbo problematizar, de trazer o termo para o debate, contextualizar e convidar autores para a discussão. Afinal, dentro da própria dinâmica inerente a problemática que envolve o mundo do trabalho, vários termos são cunhados no intuito de explicar as transformações decorrentes do modo de produção capitalista e que afetam diretamente a classe trabalhadora e uma dessas designações se refere ao que muitos autores têm denominado *precarização do trabalho*.

Embora essa expressão tenha ganhado crescente espaço no debate contemporâneo, muitos autores não a problematizam, muito menos a conceituam, criando a impressão de subentendimento e até mesmo de um conceito implícito, tácito a problemática do trabalho. Porém, um uso descuidado do termo precarização do trabalho pode ocasionar uma superficialidade acerca do tema, impedindo-nos de alcançarmos o cerne da temática em questão. Outro aspecto vultoso a ser considerado com relação ao debate da *precarização do trabalho* é o aspecto do *novo*, do marco histórico recente, como se o surgimento estivesse interligado com o advento da acumulação flexível, em meados da década de 90, que trouxe dentre outras conseqüências, a desregulamentação dos direitos laborais.

Dessa forma, a relevância científica compreende que, além de acrescentar elementos à discussão do termo precarização do trabalho, essa pesquisa reunirá em seu conteúdo, um panorama da forma como os autores vêm definindo o termo, no intuito de somar a essa conceituação. A relevância científica abará ainda a compreensibilidade por parte dos planejadores, avaliadores e executores no âmbito da política social, de que o *trabalho precário*, embora presente no discurso trivial destes, não se revela como novidade e passível de alteração através de um direcionamento focalizado e pontual, mas sim de uma orientação que considere a necessidade de uma transformação sistêmica para atingirmos formas de sociabilidade que supere os meandros da relação de exploração entre a classe burguesa ante a operária.

Socialmente o trabalho servirá de subsídio para os demais pesquisadores e estudantes da temática do mundo do trabalho. Politicamente, ter clareza desta terminologia arrisca-se a dizer, contribuirá para que os próprios trabalhadores, enquanto classe explorada, apreenda que a maneira como estruturado está a sociedade capitalista, o trabalho sempre se evidenciará precarizado. Que, além do salário alienar a relação estabelecida entre as duas classes, não foi e não é suficiente para garantir a desprecarização da classe trabalhadora.

Pois bem, quanto ao objetivo principal do trabalho, iremos analisar do que se trata o fenômeno da precarização do trabalho no sistema capitalista de produção. Para isso, no primeiro capítulo iremos recorrer a história com o fito de identificar se historicamente o modo de produção capitalista, em sua essência, deixou em algum momento histórico de apresentar traços característicos de precariedade. Evidenciaremos que, nesse primeiro momento, houve uma dificuldade no que tange a amplitude e diversidade dos elementos que norteiam a história capitalista, pois tivemos que conciliar a limitação temporal imposta pelo programa de pós-graduação do qual este estudo está vinculado com o universo de elementos trazidos pelo caminho da historicidade.

No segundo capítulo iremos analisar o termo precarização do trabalho e suas formas de utilização pelos autores. Insta frisar, que como o tema dessa pesquisa veio de um amadurecimento teórico, o conteúdo deste capítulo foi cunhado no decorrer do mestrado, avaliado junto a disciplina de Política Social e também apresentado como forma de artigo no sétimo Encontro Nacional de Política Social.

No último capítulo iremos averiguar se existe ou não similaridade entre o termo precarização do trabalho com a flexibilidade e intensificação do trabalho, a partir da leitura de David Harvey e Sadi Dal Rosso. Nessa parte tentaremos destacar a peculiaridade deste termo, que vem sendo crescentemente utilizado.

1.1 MÉTODO

Vislumbrar o percurso dessa pesquisa sem a dimensão crítica seria, sem exagero, uma perda de tempo. Afinal, esse trabalho compreende em dar visibilidade a um aspecto crucial no processo de consolidação do sistema capitalista de produção: as injustiças vivenciadas pela classe trabalhadora. E essa classe é aqui considerada como a estruturante, a explorada e injustiçada dentro da ordem sistêmica em que vivemos, mas ao mesmo tempo é a única capaz de transformar, alterar essa realidade e acima de tudo... *revolucionar*. Ao ditar essas diretivas assume-se peremptoriamente o caráter marxista deste estudo, por ser este o único autor que concederá os elementos necessários e suficientes para adentrarmos na *essência* do debate referente ao termo *precarização do trabalho*.

De acordo com Marconi e Lakatos (2010, p.65) o método

[...] é o conjunto das atividades sistemáticas e racionais que, com maior segurança e economia, permite alcançar o objetivo – conhecimentos válidos e verdadeiros – traçando os caminhos a ser seguido, detectando erros e auxiliando as decisões do cientista.

Ainda em consonância com as autoras, temos que o *método de abordagem* “que se caracteriza por uma abordagem mais ampla, em nível de abstração mais elevado, dos fenômenos da natureza e da sociedade” (MARCONI; LAKATOS, 2010, p. 88) utilizado nessa pesquisa compreende o dialético, que possuem como as quatro leis fundamentais:

a) ação recíproca, unidade polar ou “tudo se relaciona”; b) mudança dialética, negação da negação ou “tudo se transforma”; c) passagem da quantidade à qualidade ou mudança qualitativa; d) interpenetração dos contrários, contradição ou luta dos contrários (MARCONI; LAKATOS, 2010, p. 82).

Cada uma dessas leis possui uma característica muito própria e peculiar, por isso, passível de aprofundamento, mesmo que resumidamente. A primeira delas: “ação recíproca”, compreende a concepção de mundo como um conjunto de processos:

Para a dialética, as coisas não são analisadas na qualidade de objetos fixos, mas em movimento: nenhuma coisa está “acabada”, encontrando-se sempre em vias de se transformar, desenvolver; o fim de um processo é sempre o começo de outro. Por outro lado, as coisas não existem isoladas, destacadas uma das outras e independentes, mas como um todo unido, coerente. Tanto a natureza quanto a sociedade são compostas de objetos e fenômenos organicamente ligados entre si, dependendo um dos outros e, ao mesmo tempo, condicionando-se reciprocamente (MARCONI; LAKATOS, 2010, p. 83).

Quanto à lei “mudança dialética”, parte-se do pressuposto que “a negação de uma coisa é o ponto de transformação das coisas em seu contrário” (MARCONI; LAKATOS, 2010, p. 84). Como é possível constatar na argumentação a seguir:

Uma dupla negação em dialética não significa o restabelecimento da afirmação primitiva, que conduziria de volta ao ponto de partida, mas resulta numa nova coisa. O processo da dupla negação engendra novas coisas e propriedades: uma nova forma que suprime e contém, ao mesmo tempo, as primitivas propriedades. Como lei do pensamento, assume a seguinte forma: o ponto de partida é a tese, proposição positiva; essa proposição se nega ou se transforma em sua contrária – a proposição que nega a primeira é a antítese e constitui a segunda fase do processo; quando a

segunda proposição, antítese, é, por sua vez, negada, obtêm-se a terceira proposição ou síntese, que é a negação da tese e antítese, mas por intermédio de uma proposição positiva superior – a obtida por meio de dupla negação (MARCONI; LAKATOS, 2010, p. 84).

A terceira lei: “passagem da quantidade a qualidade” diz respeito ao fato de que “a mudança das coisas não pode ser indefinidamente quantitativa: transformando-se, em determinado momento sofrem mudança qualitativa. A quantidade transforma-se em qualidade” (MARCONI; LAKATOS, 2010, p. 86).

A última lei se refere a “interpenetração dos contrários”, que compreende como principais caracteres:

a) a contradição é interna: toda realidade é movimento e não há movimento que não seja consequência de uma luta de contrários, de sua contradição interna, isto é, essência do movimento considerado e não exterior a ele; b) a contradição é inovadora: não basta constatar o caráter interno da contradição. É necessário, ainda, frisar que essa contradição é a *luta entre o velho e o novo*, entre o que morre e o que se desenvolve; c) unidade dos contrários: a contradição encerra dois termos que se opõe: para isso, é preciso que seja uma *unidade*, a unidade dos contrários (MARCONI; LAKATOS, 2010, p. 87).

Logo, todo caminho implica necessariamente em uma direção e um ponto de partida e é preciso salientar, portanto, que o rumo assumido neste trabalho, assume uma postura composta tanto de um ideal transformador, quanto do lugar dos trabalhadores no sistema capitalista. Demonstrar as contradições engendradas no processo de produção capitalista faz parte do que se pretende aprofundar neste trabalho. Trata-se de considerar que além da não absorção integral dos trabalhadores, essa forma de organização econômica extirpa do trabalhador inserido seus direitos e segurança. Essa direção assume pressupostos defendidos por Marx, que segundo Netto (2011, p.11): “foi um pensador que colocou, na sua vida e na sua obra, a pesquisa da verdade a serviço dos trabalhadores e da revolução socialista”.

Dessa forma, as premissas para compreensão das transformações que vem ocorrendo no mundo do trabalho nas últimas décadas estão ancoradas na contextualização de aspectos intrínsecos ao sistema capitalista de produção, quais sejam: o processo de produção, acumulação e apropriação da riqueza. Portanto, inserir os trabalhadores nesse processo, consiste em vinculá-los dentro de uma lógica organizativa caracterizada pela exploração intensa da força de trabalho.

Partindo-se da premissa que a questão norteadora dessa pesquisa consiste em desvelar quais as características próprias do termo precarização do trabalho no sistema capitalista de produção, os pressupostos para apreensão desse problema de pesquisa engendrarão as categorias da totalidade, contradição e mediação. Afinal, para Marx “a sociedade burguesa é uma totalidade concreta. Não é um “todo” constituído por “partes” funcionalmente integradas”. (NETTO, 2011, p.56)

Evidentemente que devemos levar em consideração dois aspectos fundamentais para o desenvolvimento desse estudo. Por primeiro, o tempo de execução desse trabalho não é livre e solto, segue um tempo determinado institucionalmente e essa exigência habitualmente tende a limitar os anseios dos pesquisadores. Conclui-se que os pressupostos ditados assumem, portanto, uma direção, mas que essa própria limitação temporal imposta traduz-se, contraditoriamente, em uma contra-tendência para execução de uma pesquisa crítico-dialética.

Em segundo lugar, essa pesquisa tem um forte caráter teórico. Mas é possível encontrar a importância desse teor, na direção marxista, como é possível verificar na frase a seguir:

Para Marx, a teoria é uma modalidade peculiar de conhecimento, entre outras, mas a teoria se distingue de todas e tem especificidades: o conhecimento teórico é o conhecimento do objeto – de sua estrutura e dinâmica – tal como ele é em si mesmo, na sua existência real e efetiva, independentemente dos desejos, das aspirações e das representações do pesquisador. A teoria é, para Marx, a

reprodução ideal do movimento real do objeto transposto para o cérebro do pesquisador – é o real reproduzido e interpretado no plano ideal (do pensamento) (NETTO, 2011, p.20;21).

Questão que também é de suma importância, de acordo com Netto (2011):

[...] reside em descobrir as relações entre os processos ocorrentes nas totalidades constitutivas tomadas na sua diversidade e entre elas a totalidade inclusiva que é a sociedade burguesa. Tais relações; elas nunca são diretas; elas são mediadas não apenas pelos distintos níveis de complexidade, mas sobretudo pela estrutura peculiar de cada totalidade (NETTO, 2011, p.57,58).

No entanto é imprescindível esclarecer que para Marx:

[...] a teoria não se reduz ao exame das formas dadas de um objeto, com o pesquisador descrevendo-o detalhadamente e construindo modelos explicativos para dar conta – à base de hipóteses que apontam para relações de causa/efeito – de seu movimento visível, tal como ocorre nos procedimentos da tradição empirista e/ou positivista. E não é, também, a construção de enunciados discursivos sobre os quais a chamada comunidade científica pode ou não estabelecer consensos intersubjetivos, verdadeiros jogos de linguagem ou exercícios e combates retóricos, como querem alguns pós-modernos (LYOTARD, 2008; SANTOS, 2000, cap. 1 apud NETTO, p.20).

Torna-se importante mencionar neste momento que a pesquisa bibliográfica será o meio do qual se valerá “o pesquisador para “apoderar-se da matéria” (NETTO, 2011, p.26). E, nessa perspectiva, difere da revisão bibliográfica “uma vez que vai além da simples observação de dados contidos nas fontes pesquisadas, pois imprime sobre eles a teoria, a compreensão crítica do significado neles existente” (LIMA; MIOTO, 2007, p.46).

Além disso, quando o assunto se refere à pesquisa bibliográfica dois alertas são muito frisados dentre os estudiosos da temática. O primeiro deles sobre a leitura, que de acordo com Quivy (2005, p.51): “A escolha das leituras deve ser realizada com muito cuidado. Qualquer que seja a amplitude do trabalho, um investigador dispõe sempre de um tempo de leitura limitado”. O objetivo, segundo este autor, é “fazer o ponto da

situação acerca dos conhecimentos que interessam para a pergunta de partida, explorando ao máximo cada minuto da leitura” (p.52).

O segundo alerta concerne à delimitação do objeto de estudo: “ É necessário evitar a eleição de temas muito amplos que ou são inviáveis como objeto de pesquisa aprofundada ou conduzem a divagações, discussões intermináveis, repetição de lugares comuns ou “descobertas” já superadas” (MARCONY; LAKATOS, 2010).

Não podemos, ainda, deixar de mencionar o caráter histórico dessa pesquisa, enquanto *método de procedimento*: “[...] o método histórico preenche os vazios dos fatos e acontecimentos, apoiando-se em um tempo, mesmo que artificialmente reconstruído, que assegura a percepção da continuidade e do entrelaçamento dos fenômenos” (MARCONI; LAKATOS, 2010, p. 89).

Por último, devemos nos ater que a hipótese desta pesquisa é a de considerar que o capitalismo, da maneira como a história ilustra, impôs e impõe em suas relações de classes, sempre traços de fragilidade e precariedade para os trabalhadores. Esse é o ponto chave dessa dissertação.

2 CAPITALISMO E TRABALHO PRECÁRIO: SINÔNIMO OU ANTÔNIMO?

“[...] a origem da riqueza do capitalista é a miséria do trabalhador” (PRIEB; CARCANHOLO, p.149)

Fazer o exercício da historicidade sempre é uma tarefa complexa, repleta de contradições e limitações. O objetivo deste capítulo é, embora de forma breve, ilustrar que a história dos trabalhadores sempre apresentou traços característicos de precarização do trabalho. No entanto, antes de começarmos a discorrer sobre este tópico, evidenciamos a necessidade de enumerar os limites encontrados para a feitura deste.

Por primeiro, do surgimento do capitalismo até os dias de hoje há uma correspondência de séculos de história, carregado de acontecimentos, lutas, disputas de poder e de ideologia, que compreenderiam, caso optássemos por uma narrativa, em anos de pesquisa. Os primeiros anos do capitalismo, por exemplo, são focalizados – de acordo com as leituras realizadas – na parte europeia do mundo. Se traçássemos uma retrospectiva histórica, poderíamos incorrer no erro de centralizar e posicionar a Europa como o centro dos acontecimentos e haveria a necessidade de suprir dentro do universo da pesquisa e da perspectiva ideológica assumida o rompimento com o eurocentrismo. Assim, a alternativa encontrada foi a de escrever esse capítulo a partir de três pressupostos que elencamos os mais significativos para cumprir o objetivo do estudo, quais sejam: a terra/propriedade privada, a ideologia e as condições de vida dos trabalhadores. São essas conjecturas que nos darão os indicativos suficientes para ilustrar que, por hipótese, a precarização do trabalho não é nenhuma novidade dentro do sistema capitalista.

Falando-se dessa forma, possa ser que os leitores já se sintam convencidos dessa premissa: é lógico que o sistema capitalista é permeado pela precarização do trabalho. Mas é preciso discutir se essa precarização faz parte do cotidiano do sistema vigente e se a expressão utilizada para os acontecimentos contemporâneos que se vinculam preponderantemente a uma flexibilização das relações laborais pode trazer uma ideia implícita de um fenômeno novo e recente.

Assim, como já mencionado, o capítulo será dividido em três etapas: a terra/propriedade privada, a ideologia e a condição de vida dos trabalhadores. Por mais que haja uma separação nestes itens, deve-se ponderar a existência de uma forte interligação entre todos esses elementos e a necessidade de conexão na análise destes. Para trazer atualidade ao debate foi feita a opção de utilizarmos um conto de própria autoria no início do primeiro item e duas reportagens ilustrativas no início dos dois tópicos seguintes, escritas recentemente pelo *site* Brasil de Fato. A opção por esta fonte se deve a uma aproximação pessoal desde os anos universitários da graduação, pela postura crítica e enunciativa adotada pelo mesmo.

2.1 A PASSAGEM DO NOSSO AO MEU: DO USO DA TERRA À PROPRIEDADE PRIVADA

2.1.1 Conto: O homem versus a Natureza

São acontecimentos que marcham juntos, a emigração constante para as cidades, a contínua formação de uma população supérflua nos campos, resultante da concentração dos arrendamentos, da transformação de lavouras em pastagens, do emprego da maquinaria etc., e a ininterrupta evicção da população rural com a destruição de suas choupanas. Quanto mais o distrito for assim esvaziado, tanto maior sua superpopulação relativa, tanto maior a pressão desta sobre os meios de emprego, tanto maior o excesso absoluto da população rural em relação às possibilidades de habitação, tanto maior portanto a superpopulação das aldeias e o amontoamento pestilencial de seres humanos. (MARX, 1988, P. 804-805)

Na época feudal, Josias, um senhor com aproximadamente cinquenta anos, produzia em seu pedaço de terra hortaliças, frutas e legumes. Era referência em sua localidade, todos procuravam sua plantação para alimentação, mas especialmente para a cura de

determinadas doenças. Josias orientava as pessoas e era uma pessoa que despertava respeito na vizinhança.

Sua rotina era bastante linear. Aos domingos frequentava a igreja com sua família e nos dias de semana acordava pela manhã, comia com sua família e ia para a terra cultivar suas plantações. Por volta de meio dia Josias comia e as treze horas retornava ao trabalho. As dezoito retornava para a casa, trazendo vários alimentos que tinha cultivado para sua subsistência e de sua família. Aquela época Josias conhecia todas as pessoas que moravam a sua volta e trocava mantimentos, principalmente porque não lidava com gado e isso necessitava um contato frequente com as pessoas das proximidades.

Ocorre que, com a introdução do sistema industrial, Josias passou a ver pouco a pouco seus vizinhos que não possuíam propriedades e afins, migrarem para os grandes centros urbanos. Com a saída dos trabalhadores da zona rural, Josias foi ficando paulatinamente abandonado e com falta de determinados alimentos. Chegavam máquinas e carros enormes que aceleravam a produção da vizinhança e Josias sempre ali, tentando resistir. O que mais o impressionava e lhe despertava a curiosidade era o fato de que por mais que os vizinhos tivessem se deslocado para as cidades, a produção se apresentava de maneira crescente.

Com o passar do tempo a situação foi ficando cada vez mais complicada, sua produção não acompanhava mais a de sua vizinhança, até que teve que tomar a iniciativa de comercializar determinados produtos. Sua esposa, Elza, estava constantemente passando por problemas de saúde e Josias não viu mais a possibilidade de sustentar sua família. Teve o intuito de procurar saber como estavam seus antigos companheiros que por ali moravam e as notícias sempre eram desesperadoras, ora seus companheiros estavam na luta para conseguir um emprego, ora toda a família trabalhava, inclusive os menores de dez anos.

Em decorrência de sua circunstância, Josias vendia suas hortaliças e frutas para uma indústria de medicamentos. Lá, ele ouvia dizer, existiam máquinas que transformavam seus produtos em capsulas para ajudar na cura de doenças. Mas aos poucos sua produção foi chegando ao fim, sem máquinas para acelerar o cultivo de seus produtos, Josias se viu engolido pelo sistema vigente e partiu rumo a cidade.

Netto (2012) traduz esse acontecimento da seguinte forma:

[...] quanto mais o operário se *apropria* do mundo exterior, da Natureza sensível, pelo seu trabalho, quanto mais se priva dele *meios de vida*, pelo duplo aspecto de que, primeiro, cada vez mais o mundo exterior sensível deixa de ser um objeto pertencente ao seu trabalho, um *meio de vida* do seu trabalho; segundo, cada vez mais ele deixa de ser *meio de vida*, no sentido imediato, meio para subsistência física do operário. (NETTO, 2012, P.114)

Na cidade, Josias esteve a todo o tempo em busca de um ofício, mas não sabia manusear os equipamentos e se sentia inferior, incapaz. Tinha vontade de quebrar as máquinas, de se rebelar contra tudo aquilo. Nesse meio tempo sua esposa piorou de saúde e Josias precisava a todo o tempo comprar as capsulas para tratar Elza. Aqui, evidenciamos que Josias não mais produzia diretamente o remédio que poderia salvar sua companheira, tinha surgido um intermediário e isso o colocava distante de seu produto e se sentia sozinho, impotente para mudar. Assim, “tal como a Natureza fornece o *meio de vida* do trabalho, no sentido de que o trabalho não pode *viver* sem objetos nos quais se exerce, assim a Natureza fornece por outro lado também o *meio de vida* no sentido estrito, a saber, o meio da subsistência física do próprio *operário*”. (NETTO, 2012, p.96)

Mesmo com essa desvinculação, do operário com o objeto, “o operário não pode criar nada sem a *Natureza*, sem o *mundo exterior sensível*. Ela é a matéria na qual o seu trabalho se realiza, na qual este é ativo, a partir da qual e por meio da qual produz”. (NETTO, 2012, P.96). É como se o operário tornasse, portanto, um servo do seu objeto, “primeiro, para receber um *objeto de trabalho*, para receber *trabalho*, e, segundo, para receber *meios de subsistência*. Portanto, para poder existir, primeiro, como *operário*, e, segundo, como *sujeito físico*.” (NETTO, 2012, p.96)

Como resultado de toda essa ilustração e introdução a questão da terra, podemos concluir que o próprio sistema capitalista, ao posicionar a terra como uma fonte de riqueza e de propriedade, coloca os trabalhadores em uma posição de exclusão e dependência. Segundo Netto (2012):

A economia nacional esconde a alienação na essência do trabalho pelo fato de que não considera a relação imediata entre o operário (o trabalho) e a produção. Com certeza. O trabalho produz obras maravilhosas para o rico, mas produz despojamento para o operário. Produz palácios, mas cavernas para o operário. Produz beleza, mas estropiamento para o operário. Substitui o trabalho por máquinas, mas remete uma parte dos operários para o trabalho bárbaro e faz da outra parte máquinas. Produz espírito, mas produz idiotice, cretinismo para o operário. (NETTO, 2012, p. 97).

Para superar essas consequências capitalistas dentro do uso da terra e do trabalho, seria necessária a eliminação da propriedade privada. Trata-se de vincular essa supressão à própria emancipação de todos os sentidos e qualidades humanas. Segundo Netto (2012), “ela é esta emancipação precisamente pelo fato destes sentidos e qualidades se terem tornados *humanos*, tanto subjetiva quanto objetivamente. O olho tornou-se olho *humano*, tal como seu *objeto* se tornou um *objeto* social, *humano*, proveniente do homem para o homem”. (NETTO, 2012, p. 114)

Ou seja, o que podemos verificar, quando posicionamos os trabalhadores no centro do debate é que, assim como Jusué, na passagem do sistema feudalista para o capitalista o homem trabalhador encontrou uma enorme dificuldade em mudar seu local de produção da terra para a indústria. Afinal, seu trabalho estava vinculado de forma direta ao resultado do que era produzido. Mesmo havendo a desproporcional divisão dos produtos, o trabalhador tinha dimensão de que aquilo o que produzia era o que iria lhe fazer subsistir. Na era do capitalismo, o operário passou a se relacionar com o produto de seu trabalho como um objeto estranho, nas palavras de Hobsbawn (2011b, p. 95), ou seja, “quanto mais o operário se esmera tanto mais poderoso se torna o mundo objetivo, estranho, que ele cria perante si próprio, tanto mais pobre ele próprio, o seu mundo interior, se tornam, tanto menos lhe pertence de seu”.

Trata-se da eterna contradição do capitalismo: de que a apropriação do objeto aparece como alienação, a tal ponto que quanto mais objetos o operário produz tanto menos pode possuir e tanto mais cai sob a dominação do seu produto, do capital:

[...] o trabalho é *exterior* ao operário, não pertence à sua essência em que por isso ele não se afirma, antes se nega, no seu trabalho, não se sente bem, mas infeliz, não desenvolve qualquer energia livre física ou espiritual, antes morfica o seu físico e arruína o seu espírito. Por isso, o operário só se sente em si fora do trabalho e fora de si no trabalho. Ele sente-se como em sua casa quando não trabalha e quando trabalha não se sente como em sua casa. O seu trabalho não é portanto voluntário mas forçado, trabalho *forçado*. (NETTO, 2012, p. 98)

Se torna mister constatar que foi a partir dessa mudança do sistema feudal ao capitalista que iniciou-se a introdução de pronomes possessivos que até hoje são fortes na conjuntura histórica aqui em evidência. O pronome meu, minha, seu e sua, com a ajuda regulamentar do Estado, entraram no vocabulário cotidiano, até adentrar especificamente no que hoje conhecemos como *propriedade privada*. Na declaração dos direitos do homem e do cidadão, de 1789 (França), escrevia-se que “a propriedade privada era um direito natural, sagrado, inalienável e inviolável.” (HOBBSAWN , 2011a, p. 106).

No entanto, a própria propriedade privada trouxe consequências significativas, não só ao trabalhador, mas à existência humana. Segundo Netto (2012):

A propriedade privada fez-nos tão estúpidos e unilaterais que um objeto só é o *nosso* se o tivermos, portanto se existir para nós como capital, ou se for imediatamente possuído, comido, bebido, trazido no corpo, habitado por nós etc., em resumo, *usado*. Embora a propriedade privada apreenda todas estas realizações imediatas da própria posse de novo apenas como meios de vida, e a vida, a que servem de meio, é a *vida da propriedade privada*: trabalho e capitalização. (NETTO, 2012, p.114)

Além dos pronomes acima mencionados Hobsbawn (2011a, p.19) ao tratar do período mencionado (1789-1848) acrescenta outras palavras que ganharam vez:

[...]“indústria”, “industrial”, “fábrica”, “classe média”, “classe trabalhadora”, “capitalismo” e “socialismo”. Ou ainda “aristocracia” e “ferrovia”, “liberal” e “conservador” como termos políticos, “nacionalidade”, “cientista” e “engenheiro”, “proletário” e “crise” (econômica). “Utilitário” e “estatística”, “sociologia” e vários outros nomes das ciências modernas, “jornalismo” e “ideologia”, todas elas cunhagens ou adaptações deste período. Como também “greve” e “pauperismo”.

No livro *Era das Revoluções*, o autor caracteriza duas revoluções importantes para a consolidação do sistema de produção capitalista, sendo elas, a Francesa, de ordem política, e a inglesa de cunho industrial (p. 20). Acrescenta Hobsbawn (2011a):

[...] A grande revolução de 1789 - 1848 foi o triunfo não da "indústria" como tal, mas da indústria *capitalista*; não da liberdade da igualdade em geral, mas da *classe média* ou da sociedade "*burguesa*" *liberal*; não da "economia moderna" ou do "Estado moderno", mas das economias e Estados em uma determinada região geográfica do mundo, cujos centros eram os Estados rivais e vizinhos da Grã-Bretanha e França. A transformação de 1789 - 1848 é essencialmente o levante gêmeo que se deu naqueles dois países e que dali se propagou por todo o mundo.

Dentro desse limiar que envolve o levante industrial e a importância da terra, Hobsbawn (2011a, p.34) lembra que “a linha que separava a cidade e o campo, ou melhor, as atividades urbanas e as atividades rurais, era bem marcada. Em muitos países a barreira dos impostos, ou as vezes mesmo a velha muralha, dividiam os dois”.

O problema agrário era, portanto, fundamental no ano de 1789, e o ponto crucial desse problema era a relação entre os que cultivavam a terra e os que a possuíam, os que produziam a sua riqueza e os que a acumulavam:

[...] o cultivador típico não tinha liberdade ou então trabalhava sob coerção política. O proprietário típico era o dono de uma propriedade enorme, quase feudal (hacienda, finca, estância), ou de uma plantação com escravos. A economia característica da propriedade quase feudal era primitiva e voltada para si mesma ou de qualquer forma ajustada para necessidades puramente regionais. (HOBSBAWN, 2011a, p. 37)

Além disso, a terra estava fortemente vinculada, nessa transição, a um *status* social, como podemos verificar na passagem a seguir:

[...] para um trabalhador ou camponês, qualquer pessoa que possuísse uma propriedade era um "cavalheiro" e membro da classe dominante, e, vice versa, o *status* de nobre ou de gentil-homem era inconcebível sem uma propriedade. [...] o elo entre a posse de terras e o *status* de classe dominante continuava forte, e tinha de fato se tornado nos últimos tempos mais intenso. (HOBSBAWN, 2011a, p. 40-41)

Hobsbawn nos ensina ainda sobre a importante figura do mercador, essencial para a ampliação do mercado capitalista:

Isto ocorria porque a principal forma de expandir a produção industrial era o chamado sistema doméstico ou do "bota fora", no qual o mercador comprava os produtos dos artesãos ou do tempo de trabalho não agrícola do campesinato, para vendê-los em um mercado mais amplo. O simples crescimento deste comércio inevitavelmente criou condições rudimentares para o precoce capitalismo industrial. (HOBSEBAWN, 2011a, p. 46)

Dessa forma, podemos concluir que a essa época, as atividades agrícolas já estavam predominantemente dirigidas para o mercado e as manufaturas já tinham se disseminado por um interior não feudal. A agricultura instrui Hobsbawn (2011a), estava preparada para levar a termo três funções que o autor considera fundamentais em uma era de industrialização:

[...] aumentar a produção e a produtividade de modo a alimentar uma população não agrícola em rápido crescimento; fornecer um grande e crescente excedente de recrutas em potencial para as cidades e as indústrias; e fornecer um mecanismo para o acúmulo de capital a ser usado nos setores mais modernos da economia. (HOBSEBAWN, 2011a, p. 63)

O que era preeminente era que a produção começou a se localizar nas mãos de poucos e logo esses poucos deveriam dar conta de toda a produção. Para conseguir atingir tal objetivo, foi necessário paulatinamente a substituição da força de trabalho por máquinas e a migração do setor rural ao industrial. Os homens começaram a se dirigir aos centros industriais sem qualquer qualificação para lidar com as máquinas e esse foi um desafio tanto para os trabalhadores quanto para os proprietários.

Além disso, como alternativa de sobrevivência, muitos homens se impulsionaram na tentativa de se tornarem empregados de uma dessas indústrias e as próprias cidades não tinham acomodações suficientes para receber e estruturar essas pessoas: "Qualquer observador desprevenido percebe que, quanto maior a centralização dos meios de produção, tanto maior o amontoamento correspondente de trabalhadores no mesmo espaço e, portanto, quanto mais rápida a acumulação capitalista, tanto mais miseráveis as habitações dos trabalhadores". (MARX, 1988, p. 764)

Com os valores burgueses se consolidando, a pobreza se intensificava e encontrava cada vez mais o seu terreno. A divisão social que antes se dava pela terra, começou a

ter feição nas cidades de uma maneira assustadoramente cruel. Era visível - segundo alguns depoimentos dos livros de Thompson e até mesmo tendo como base o filme "Tempos Modernos" de Chaplin – que os trabalhadores eram jogados a própria sorte, sem terem o que comer, beber e onde morar, preferindo inclusive, ficar na cadeia, onde tinham acesso a alimentação e moradia. A resposta a essas consequências se refletiram na aparição do sentido revolucionário, conforme podemos verificar no trecho a seguir:

Eram três as possibilidades abertas aos pobres que se encontravam à margem da sociedade burguesa e não mais efetivamente protegidos nas regiões ainda inacessíveis da sociedade tradicional. Eles poderiam lutar para se tornarem burgueses, poderiam permitir que fossem oprimidos ou então poderiam se rebelar. A primeira possibilidade, não só era tecnicamente difícil para quem carecia de um mínimo de bens ou de instrução, como era também profundamente desagradável. A introdução de um sistema individualista puramente utilitário de comportamento social, a selvagem anarquia da sociedade burguesa, teoricamente justificada por seu lema "cada um por si e Deus por todos", parecia aos homens criados nas sociedades tradicionais pouco melhor do que a maldade desenfreada. A alternativa da fuga ou da derrota era a rebelião. A situação dos trabalhadores pobres, e especialmente do proletariado industrial que formava seu núcleo, era tal que a rebelião era não somente possível mas virtualmente compulsória. Nada foi mais inevitável na primeira metade do século XIX do que o aparecimento dos movimentos trabalhista e socialista, assim como intranquilidade revolucionária das massas. (HOBBSAWN, 2011b, p. 320-326)

Podemos evidenciar, então, que o próprio surgimento do capitalismo engendrou contradições que se encontram presentes até os dias atuais. É como se o passado estivesse carregado de presente e o presente, carregado de história do passado. Dentro da esfera da produção, àquela época, com os salários abomináveis, os proprietários contratavam a força de trabalho de mulheres e crianças, pois eram mais dóceis, mais passíveis de aceitar determinações e salários baixos. A mecanização

aumentou a produtividade e reduziu o custo por unidade produzida, sendo necessária uma mobilização e transferência da força de trabalho, assim:

O primeiro e talvez mais crucial fator que tinha de ser mobilizado e transferido era o da mão de obra, pois uma economia industrial significa um brusco declínio proporcional da população agrícola (isto é, rural) e um brusco aumento da população não agrícola (isto é, crescentemente urbana), e quase certamente, (como no período em apreço) um rápido aumento geral da população, o que portanto implica, em primeira instância, um brusco crescimento no fornecimento de alimentos, principalmente da agricultura doméstica - ou seja, uma "revolução agrícola". (HOBSBAWN, 2011b, p. 63)

Outro fator enfrentado pelos proprietários era a qualificação da força de trabalho, “era bem mais difícil recrutar ou treinar um número suficiente de trabalhadores qualificados ou tecnicamente habilitados, pois poucas habilidades pré-industriais tinham alguma utilidade na moderna indústria”. (HOBSBAWN, 2011b, p. 92)

Pois bem, dentro desse contexto contraditório não podíamos deixar de mencionar a eterna vinculação do homem com a natureza. O exemplo de Josué, afinal, explica que embora o foco da produção tenha saído diretamente da terra, a natureza, mesmo dentro do sistema capitalista, nunca vai deixar de ser a propulsora de tudo o que produzimos e necessitamos para reprodução.

Dando continuidade ao capítulo adentraremos no debate sobre a ideologia e para isso contaremos com uma reportagem do *site* Brasil de Fato. Veremos a seguir que a reportagem em si já traria inúmeros elementos para enriquecer a discussão que segue, mas os comentários relacionados a ela foram os mais impressionantes e dos quais nos ateremos para elucidar a vinculação teórica com o tema.

2.2 A IDEOLOGIA

2.2.1 Reportagem um: McDonald's: Maus tratos e superexploração (24/02/2011)

Por Michelle Amaral

Nesta semana, nas bancas, o jornal Brasil de Fato traz uma grande reportagem sobre a superexploração e maus tratos que sofrem os jovens e adolescentes na maior rede fastfood do mundo. Confira a seguir trechos:

“Uma vez eu estava com uma bandeja cheia de lanches prontos para serem entregues e escorreguei. Quando ia caindo no chão, meu coordenador viu, segurou a bandeja, me deixou cair e disse: ‘primeiro o rendimento, depois o funcionário’”, conta Kelly, que trabalhou na rede de restaurantes fast food McDonald’s por cinco meses.

“Lá você não pode ficar parado, se sentar leva bronca”, relata Lúcio, de 16 anos, que há 4 meses trabalha em uma das lojas da rede na cidade de São Paulo. “Você não tem tempo nem para beber água direito”, completa José, de 17 anos. “Uma vez eu queimei a mão, falei para a fiscal e ela disse para eu continuar trabalhando”, lembra o adolescente. Maria, de 16 anos, ainda afirma que, apesar da intensa jornada de trabalho nos restaurantes, recebe apenas R\$ 2,38 por hora trabalhada.

Os relatos acima retratam o dia-a-dia dos funcionários do McDonald’s. Assédio moral, falta de comunicação de acidentes de trabalho, ausência de condições mínimas de conforto para os trabalhadores, extensão da jornada de trabalho além do permitido por lei e fornecimento de alimentação inadequada são algumas das irregularidades apontadas por trabalhadores da maior rede de fast food do mundo.

Somente no Brasil, o McDonald’s tem mais de 600 lojas e emprega 34 mil funcionários, em sua maioria jovens de 16 a 24 anos.

As relações de trabalho impostas pelo McDonald’s são objetos de estudo de muitos pesquisadores. Do mesmo modo, pelas irregularidades recorrentes, a rede de fast food é alvo de diversas denúncias na Justiça do Trabalho.

Em São Paulo, o Sindicato dos Trabalhadores em Hotéis e Restaurantes de São Paulo (Sinthoresp), ao longo dos anos, tem denunciado as más condições a que são submetidos os funcionários do McDonald’s.

Recentemente, resultou em uma punição ao McDonald's uma denúncia feita há quinze anos pelo sindicato ao Ministério Público do Trabalho (MPT) da 2ª Região, em São Paulo. Trata-se de um acordo que, além de exigir o cumprimento de adequações trabalhistas, estabelece o pagamento de uma multa de R\$ 13,2 milhões.

Desse valor, a rede de fast food deve destinar R\$ 11,7 milhões ao financiamento de publicidade contra o trabalho infantil e à divulgação dos direitos da criança e do adolescente durante os próximos nove anos. Além disso, a rede deve doar R\$ 1,5 milhão para o Instituto de Medicina Física e Reabilitação do Hospital das Clínicas da Faculdade de Medicina da Universidade de São Paulo (USP). O compromisso foi firmado em outubro de 2010 e passou a valer em janeiro deste ano.

As investigações realizadas pelo MPT a partir da denúncia do Sinthoresp confirmaram as seguintes irregularidades: não emissão dos Comunicados de Acidente de Trabalho (CAT); falta de efetividade na Comissão Interna de Prevenção de Acidentes; licenças sanitárias e de funcionamento vencidas ou sem prazo de validade, prorrogação da jornada de trabalho além das duas horas extras diárias permitidas por lei, ausência do período mínimo de 11 horas de descanso entre duas jornadas e o cumprimento de toda a jornada de trabalho em pé, sem um local para repouso.

O MPT também apontou irregularidades na alimentação fornecida aos trabalhadores: apesar de oferecer um cardápio com variadas opções, o laudo da prefeitura de São Paulo reprovou as refeições baseadas exclusivamente em produtos da própria empresa por não atender às necessidades nutricionais diárias. Em relação à alimentação, o McDonald's chegou a ser condenado, em outubro de 2010, pela Justiça do Rio Grande do Sul a indenizar em R\$ 30 mil um ex-gerente que, após trabalhar 12 anos e se alimentar diariamente com os lanches fornecidos pela rede de fast food, engordou 30 quilos.

**Os nomes dos funcionários citados na matéria são fictícios.*

Dando seguimento à reportagem o site abre um espaço abaixo para comentários e vejamos como algumas pessoas se posicionaram mediante ao que estava escrito:

“Trabalho à quase dois anos no Mc Donald's, sou treinador e em breve irei treinar parar coordenador de área. Bem acho que o exagero do ser humano aqui é muito. [...] Bem vamos lá, o trabalho lá é sim puxado, afinal o Mc'Donalds é a maior rede de Fast Food do mundo, dependendo do restaurante em que a pessoa trabalha, em horários de pico o movimento é enorme como o meu, onde os GC's(Pedidos) chegam a ser 400~500 por hora apenas no balcão. Não é um restaurante qualquer de baixo movimento onde você pode se encostar sem problema algum. Sobre o salário, quando entrei e era atendente, eu recebia na faixa dos R\$500 reais por mês, mais um vale de 150. Depois que o salário passou a ser fixo, 600 por mês, mais 200 de vale. Claro... eu era atendente noturno e maior de idade então ganhava melhor que alguém menor de idade ou que fosse da manhã, mas para quem está tendo o primeiro emprego, esperar receber mais que R\$1000 é um absurdo. Apenas nessas cabeças ocas de vocês para imaginarem isso. Enfim continuando... Hoje recebo na faixa dos 900 reais por mês, mais 270 de vale. O que não é um mau salário. Quando eu virar coordenador vou ir as nuvens, faculdade, baladas, roupas e ainda vai sobrar algo pra gastar com besteira. Pow quem está reclamando aqui é filhinho de papai, que a mãe passa a mão na cabeça, pessoas que vão la para brincar e quando são colocadas para trabalhar de verdade, não aguentam, acham ruim. É como eu sempre digo, "não aguenta? Vai pro BK¹, la você pode ficar encostado, aqui é para quem quer trabalhar." (Grifos nossos)

“Na minha opnião é muita gente reclamando de barriga cheia não gosta do mc vai cortar cana vai virar lixo o mc não tem nada de escravidão estou la a 6 meses e ja fui promovido [...]. Mc Donalds a melhor empresa do mundo”;

“a prioridade ali é a lucratividade,,, o resto é o resto..... eu trabalho no mc donalds há 4 meses já me tornei treinadora por esforço próprio, mas continuo ganhando como

1

Burger King, outra rede de fest food conhecida internacionalmente.

atendente....eles tentam tirar dinheiro de tudo mesmo...gerente de plantão ganha como coordenador coordenador ganha como treinador, treinador ganha como funcionario e funcionário ganha menos que um salário mínimo....eles tiram descontos mais altos que o próprio salário....quando um funcionário falta 1 vez por algum motivo ..vem mais de 200 reais de desconto, meu primeiro pagamento venho 450 reais por 15 dias de trabalho, mas no mês seguinte venho apenas 315 , e eu não tinha faltado nem nada, ganhava 3,18 por hora....e fazia 7 hrs por dia fora a hr do descanso que não é remunerado e que nós somos obrigados a ficar lá dentro, sem sair....hj eu ganho 3.98 por hora,.. mas continuo recebendo 400 reais de pagamento e quando vou reclamar eles dizem que isso é normal....que foi uns descontos que fizeram....”

“Já chorei muito por isso....já fui humilhada por coordenadores na frente dos clientes e fora que temos que trabalhar nos feriados e fins de semana.....e as vezes o gerente pede pra ficarmos até as 8 da noite e perdemos aula nesse dia.... quero muito sair de lá ..mas eles ficam dizendo que nenhum emprego paga melhor do que eles. dizendo que outro emprego é bem pior....e quando a gente quer pedir a conta eles ficam fazendo pressão psicológica pra não sairmos....dizendo que com a nossa idade a gente não acha nada melhor...dizendo que eles são o melhor emprego que podemos arranjar....”

Pois bem, esses comentários, assim como a reportagem contribuem para aclarar que para tratar sobre o assunto da ideologia torna-se necessário sempre reconhecer e fazer uso constante do termo *relação*. Não há qualquer evento histórico do passado que não esteja fortemente vinculado ao que vivemos hoje. As próprias disputas ideológicas posicionaram o mundo dentro de um viés completamente individualista e exploratório, porém, e aí que se visualiza o perigo, completamente alienado. A história em si não acontece de forma linear, com começo, meio e fim, é uma rede de episódios que juntos se transformam nas complexas relações em que hoje vivemos.

A luta de classes, por exemplo, é uma relação completamente distante de qualquer linearidade e previsão. E entender isso nos coloca dia após dia em movimento, em

lutas por bandeiras que a sociedade, os seres humanos, julguem relevantes: liberdade, tarifa do transporte, diminuição da carga horária de trabalho, aumento salarial, postos de trabalho etc.

O que se pode perceber é que o capitalismo possui uma estratégia de posicionar os homens num complexo de desavisados: a própria relação de dependência do homem perante outro homem e destes com os meios de produção, os tornam impotentes de transformar qualquer fato *sozinhos*, e mais do que isso, a forma como o capitalismo se estrutura aliena e espolia a classe trabalhadora perpetuando a relação de dependência. É como se passássemos a desconhecer aquele que ocupa o mesmo espaço, a mesma classe social. Preponderam-se dessa forma, como podemos visualizar nos comentários, uma disputa individual, como se aquele que reclamasse do contexto, da exploração e submissão estivesse a par da realidade e não fosse, ao mesmo tempo, capaz de adquirir uma promoção, um aumento salarial.

E todas as lutas e disputas ideológicas perpassam predominantemente sobre a questão individualista, de propriedade e de consumo. Devemos constatar, inclusive, que o capitalismo precisa se reinventar a cada dia para atrair mais consumidores, movimentar a economia e continuar explorando a classe trabalhadora. Mas é importante mencionarmos também que não houve uma passividade histórica sobre os acontecimentos que introduziram o capitalismo, o que aconteceu, todavia, foi uma sobreposição dos interesses burgueses perante o do operariado.

Segundo Hobsbawn (2011b), o capitalismo entrou no vocabulário econômico e político do mundo na década de 1860 e esse triunfo global do capitalismo é o tema mais importante da história nas décadas que se sucederam a 1848, como podemos verificar a seguir:

Foi o triunfo de uma sociedade que acreditou que o crescimento econômico repousava na competição da livre iniciativa privada, no sucesso de comprar tudo no mercado mais barato (inclusive trabalho) e vender mais caro. Uma economia assim fundamentada e, portanto, repousando naturalmente nas sólidas fundações de uma burguesia composta daqueles cuja energia, mérito e

inteligência os levou a tal posição, deveria - assim se acreditava - não somente criar um mundo de plena distribuição material mas também de crescente esclarecimento, razão e oportunidade humana, de avanço das ciências e das artes, em suma, um mundo de contínuo progresso material e moral. (HOBSEBAWN, 2011b, p. 21)

O que é impressionante na primeira metade do século XIX é o contraste entre o enorme crescente potencial produtivo da industrialização capitalista e sua capacidade, bem patente, de quebrar as correntes que o prendiam. O liberalismo econômico tornou-se a receita para o crescimento econômico e qualquer barreira institucional que pudesse limitar ou acabar com a operacionalidade lucrativa caía diante de uma ofensiva mundial. Hobsbawn (2011b), por exemplo, conta que:

[...] mesmo a liberdade de contrato para os trabalhadores, incluindo a tolerância de sindicatos suficientemente fortes para se estabelecerem pelo poder de barganha de seus associados, pouco parecia ameaçar os lucros, pois o "exército industrial de reserva", que consistia basicamente em massas de camponeses, ex-artesãos e outros profissionais que migravam para as cidades e regiões industriais, parecia manter os salários em um nível satisfatoriamente modesto. (HOBSEBAWN, 2011b, p. 73)

Quanta atualidade há que mesmo a essa época, nesse século a que esse trecho se refere, na dinâmica ideológica que cercava o capitalismo, os trabalhadores eram levados a constantes aviltamentos e rebaixamentos tanto de ordem salarial como pessoal, que eram justificados pela capacidade individual de cada um. Era como se o mais capaz conseguisse sobreviver por si e, simultaneamente, aceitasse sua posição de inferioridade perante a superioridade econômica, tecnológica e militar. Além disso, na teoria, os trabalhadores acreditavam que com o seu próprio trabalho e salário era possível alcançar o universo burguês.

Ou seja, mesmo após dois séculos dessa narração de Hobsbawn, podemos visualizar uma reportagem que caracteriza o fato de que pela maneira como era e é estruturado o sistema capitalista, ainda há uma forte consolidação de sua matéria ideológica. A geração de novas necessidades, o padrão de consumo e de vida burguês, que é o sonho de inúmeros trabalhadores, as lutas políticas que por vezes não possuem adesão e até mesmo aceitação da totalidade trabalhista, a desigualdade na distribuição

de renda etc. atravessam a história e não fazem parte de um momento específico, singular.

No século XIX, por exemplo, os burgueses encontraram um estorvo para conciliar seus interesses com o dos trabalhadores. Ocorria que, naquela época, os trabalhadores qualificados eram os mesmos com consciência política para organizar a classe trabalhadora, conforme podemos verificar a seguir:

O fato é que o trabalhador capaz e inteligente, sobretudo se especializado, oferecia tanto o principal esteio do controle social da classe média e de disciplina industrial no trabalho, quanto os melhores indivíduos para autodefesa coletiva dos trabalhadores. Fornecia o primeiro porque o capitalismo estável, próspero e em expansão precisava dele, proporcionando-lhe perspectivas de melhoria modesta que lhe pareciam inevitáveis. Por outro lado, a grande revolução parecia mais o último momento de uma era que o início de uma grande mudança: na melhor das hipóteses, uma vibrante lembrança; na pior, uma prova de que não existem atalhos dramáticos para o progresso. Mas o trabalhador capaz e inteligente também oferecia o segundo, porque (com a possível exceção dos Estados Unidos, aquela terra que parecia prometer ao pobre um meio pessoal de livrar-se de uma pobreza que se arrastava por toda a vida, de sair da classe operária, e proporcionar a cada cidadão igualdade diante de todos) as classes trabalhadoras sabiam que o mercado livre liberal por si só não lhes daria os direitos nem lhes supriria as necessidades. Eles precisavam se organizar e lutar. (HOBBSAWN, 2011b, p. 342-343)

É claro que devemos nos ater que o movimento de lutas pautadas no decorrer da história já atingiram ganhos possíveis de perceber. Mas o que interessa é que ainda não houve uma consolidação significativa de cunho ideológico que trouxesse uma transformação econômico-social em sua essência. Parafraseando José Paulo Netto (2012):

A classe operária deve saber que o sistema atual, mesmo com todas as misérias que lhe impõe, engendra simultaneamente as *condições materiais* e as *formas sociais necessárias* para uma reconstrução econômica da sociedade. Em vez do lema conservador de: "*Um salário justo para uma jornada de trabalho justa!*", deverá inscrever na sua bandeira esta divisa revolucionária: "*Abolição do sistema de trabalho assalariado!*". (NETTO, 2012, p.309)

Apesar deste debate não fazer parte do centro da análise dessa dissertação, consideramos importante mostrar um posicionamento mediante o que foi dito: é evidente que as bandeiras de lutas da classe operária são conduzidas por um contexto

de reparação imediata, quando os sujeitos se veem imersos a suprir suas necessidades individuais e familiares cotidianas, no entanto, a batalha para queda do capitalismo só pode ser garantida mediante uma luta direcionada *contra o sistema, contra o trabalho assalariado*, sem cair no erro de se lutar por regulamentações e garantias de direito que não irão alterar na essência o mundo em que vivemos. Dando continuidade e caminhando para a finalização do capítulo discorreremos sobre a condição de vida dos trabalhadores, quando também utilizaremos de uma reportagem e faremos uma conexão a seguir.

2.3 A CONDIÇÃO DE VIDA DOS TRABALHADORES

2.3.1 Reportagem dois: Trabalho precário, um drama diário (30/09/2011)

Marcio Zonta, Açailândia (MA)

Nossa reportagem acompanhou um dia na vida de José da Silva, funcionário da empresa Solo, que presta serviços para a Queiroz Galvão e constatou as péssimas condições de trabalho.

São 3h da manhã, e o despertador acorda José da Silva para mais um dia de trabalho. Ele levanta e, em menos de dez minutos, já está pronto para sair. Sua mulher o acompanha até a porta, enquanto os dois filhos dormem numa única rede num cômodo da casa. Caminha por 15 minutos por ruas escuras, sem asfalto, e passa por becos estreitos até chegar à BR 222 (Belém-Brasília), onde pegará o ônibus da empresa Solo. A Solo é uma empresa terceirizada, que presta serviços para plantação de eucalipto à empreendedora Queiroz Galvão, detentora de duas siderúrgicas em Açailândia.

Ao todo são 23 homens que adentram um ônibus em péssimas condições, que os levarão até uma fazenda do município vizinho de Bom Jesus das Selvas (MA). São três horas de viagem, contando com o percurso dos trabalhadores até o local de trabalho.

“Realmente esse veículo está com problema no freio de uma roda e a barra de direção prestes a estourar, mas fazer o quê? A empresa não dá manutenção, eu sou apenas o motorista”, diz o condutor em tom de preocupação.

“Para as quase seis horas de viagem de ida e volta, o que é pago de hora in itinere² a José é apenas uma hora por dia, é o que eu recebo, nada mais do que isso”, diz o trabalhador chateado.

Sufrimento

A precariedade da ida ao trabalho, em um veículo sem segurança, é a primeira parte do que esses trabalhadores ainda sofrerão ao longo do dia. Ao chegar ao local, os funcionários montam barracas onde é servido o lanche da manhã. “Olha o pão que nos dão, duro, quando não embolorado”, diz José mostrando um pão.

Passa das seis horas da manhã, hora do trabalho, e José é responsável pelo despejo de veneno na plantação do monocultivo, chegando a percorrer de 32 a 42 hectares por dia. “Pelo menos trabalhamos devidamente equipados, mas recebemos só cindo reais de insalubridade por dia”.

Entre hora in itinere, insalubridade e o salário registrado na carteira de R\$ 550, José consegue tirar por oito horas de trabalho diário menos de setecentos reais por mês. Algo que o indigna. “A empresa terceiriza o trabalho para não dar o direito para o trabalhador”, desabafa. José diz não ter cesta básica nem convênio médico. “Mexendo com esses venenos o dia todo e se fico doente? Nem tenho para onde correr, fora que uma cesta básica me ajudaria, porque ainda pago R\$ 150 de aluguel”.

O relógio crava onze horas, num sol escaldante. Os trabalhadores procuram refúgio embaixo das barracas e, famintos depois da primeira etapa do trabalho pesado formam filas. Mas a refeição... “A comida é ruim, fede, parece comida pra porco, dá uma olhada

²

Horas que o empregado despende até o local de trabalho e, ao fim da jornada, gasta para o seu retorno ao lar.

*nisso”, diz José erguendo o prato e mostrando mais uma vez à reportagem do **Brasil de Fato** que o acompanha.*

Uma hora de descanso e já está José novamente de volta ao trabalho com um recipiente cheio de veneno nas costas a jorrar na plantação. O sol ameniza, e às quatro horas da tarde os trabalhadores já começam a guardar o material e desmontar as barracas. “Ainda bem, mais um dia se foi”, agradece José.

No caminho de volta, no sacolejo do ônibus, José tem um olhar vazio e desviado pela janela do veículo. “Hoje estou com 35 anos e desde os 17 trabalho em carvoaria. Procurei ter outro trabalho e infelizmente só consegui esse, onde estou já há dois meses”, diz. São exatamente, 19h25, quando o ônibus encosta no local de onde saímos na madrugada. José desce do ônibus e antes de desaparecer pelas ruas e becos que o levarão ao encontro da família, se despede com um aceno e uma frase: “É isso que viu aí, a firma dá o pior para a gente pra sobrar mais para ela”. (Grifos nossos)

***José da Silva** é um nome fictício para evitar represálias ao trabalhador

Começar a discorrer sobre a condição de vida dos trabalhadores seja talvez a principal parte deste capítulo. Evidenciamos que os ensinamentos históricos capitalistas não deixaram qualquer rastro de dúvidas, de que o operariado está nesse sistema para ser explorado. É importante mencionarmos essa questão, pois pode ser questionável o que realmente é intrínseco ao capitalismo: a exploração ou a precarização do trabalho? É claro que o decorrer da história e a vinculação crítica desse trabalho atrela exploração com capitalismo. Mas ao mesmo tempo torna-se fundamental deixar claro que a exploração do trabalho é a própria fonte de onde retiraremos a conexão com a precarização. Vejamos um trecho do livro *A Era do Capital*, quando Hobsbawn (2011b) ilustra um determinado acontecimento interligado ao trabalho humano no século XIX:

Pagamentos conforme resultados tinham algumas vantagens evidentes: Marx considerou essa a melhor forma de retribuição por salário para o capitalismo. Fornecia um incentivo genuíno para o trabalhador intensificar o seu trabalho e, conseqüentemente, aumentar sua produtividade, uma garantia contra a

negligência em geral, uma solução para reduzir a conta de salários em tempos de Depressão, assim como um método adequado - pelo corte do valor das tarefas - para reduzir os custos do trabalho e impedir que salários aumentassem mais do que era necessário e conveniente. Também dividia os trabalhadores entre si, pois o que recebiam podia variar enormemente dentro do mesmo estabelecimento, ou diferentes tipos de trabalho poderiam ser pagos com formas inteiramente diferentes. Algumas vezes, os especializados faziam o papel de subempregadores, pagos por produção, contratando então assistentes não especializados por horas de trabalho e controlando o que esses produziam. O problema era que, onde já não fosse parte da tradição, a introdução do trabalho por empreitada enfrentava alguma resistência, especialmente por parte dos especializados, visto que era um arranjo muito complexo e obscuro, não apenas para os trabalhadores, mas também para os empregadores, que não tinham, na maioria das vezes, nenhuma ideia das normas de produção que deveriam ser estabelecidas. Também, não era fácil de ser aplicado em algumas ocupações. Os trabalhadores tentaram remover essas desvantagens reintroduzindo o conceito de salário básico previsível e impossível de ser achatado, que seria um "salário-padrão", determinado pelos sindicatos ou por práticas informais. Os empregadores estavam prestes a remover essas ideias por aquele processo que seus defensores americanos chamariam de "gerência científica" (scientific management), mas no nosso período eles estavam ainda tateando em busca de uma solução.

Talvez isso tenha levado a uma ênfase maior no outro incentivo econômico. Se um fator dominava a vida dos trabalhadores do século XIX esse fator era a *insegurança*. Eles não sabiam no princípio da semana quanto levariam para casa na sexta-feira. Não sabiam quanto tempo duraria o emprego atual, ou, se viessem a perdê-lo, quando voltariam a encontrar outro e em que condições. Não sabiam que acidentes ou doenças os afetariam e, embora não ignorassem que algum dia no meio da vida - talvez quarenta anos para os trabalhadores não especializados, talvez cinquenta para os especializados - iriam tornar-se incapazes para o trabalho físico pleno e adulto, não sabiam o que aconteceria entre esse momento e a morte. Era diversa a insegurança dos camponeses à mercê de periódicas - e, para sermos honesto, muitas vezes assassinas - catástrofes tais como secas e fome, mas capazes de prever com maior precisão como um homem ou uma mulher pobre passaria a maioria dos dias da vida do nascimento até a morte. A primeira era uma imprevisibilidade mais profunda, apesar do fato de que a maioria dos trabalhadores era empregado por longos períodos de suas vidas, por um único empregador. (HOBSEBAWN, 2011b, p. 333/334)

Parece-nos claro que, para o mundo do liberalismo, a *insegurança* no trabalho era o preço a pagar por progresso e liberdade e que se tornava justificável pela contínua expansão econômica. O trabalhador, nos ensina Hobsbawn (2011b), estava a uma distância mínima do miserável, e via a insegurança como constante e real e foi isso também que pudemos visualizar na descrição da rotina de um senhor que trabalha na aplicação de veneno em um monocultivo de eucalipto, delineado pela reportagem. Esse

trecho, portanto, consegue sugerir o quanto a presença da insegurança e da exploração dos trabalhadores são questões rotineiras para a estruturação do capital. Para constatar tal premissa façamos uma análise do processo de acumulação capitalista. Vejamos como e com quais meios o sistema sobrevive, enriquecendo aquele que é dono dos meios de produção.

Por primeiro, nos ensina Marx (1988) que a mercadoria é a fonte da riqueza capitalista. E a maneira como ocorre a estruturação do capital para a produção dessas mercadorias afeta diretamente a classe trabalhadora, conforme podemos constatar a seguir:

O valor [de troca] de uma mercadoria se determina pela *quantidade total de trabalho* que encerra. Mas uma parte desta quantidade de trabalho representa um valor pelo qual se pagou um equivalente em forma de salários; outra parte se materializa num valor pelo qual *nem um* equivalente foi pago. Uma parte do trabalho incluído na mercadoria é trabalho *remunerado*; a outra parte, trabalho *não remunerado*. Logo, quando o capitalista vende a mercadoria pelo *seu valor*, isto é, como cristalização da *quantidade total de trabalho* nela invertido, o capitalista deve forçosamente vende-la como lucro. Vende não só o que lhe custou um equivalente, como também o que não lhe custou nada, embora haja custado o trabalho do seu operário. O custo da mercadoria para o capitalista e o custo real da mercadoria são coisas inteiramente distintas. Repito, pois, que lucros normais e médios se obtém vendendo as mercadorias não *acima* do que valem e sim pelo *seu verdadeiro valor*. (NETTO, 2012, p. 293)

Mas o que é de fato um aspecto preponderante para a comprovação desse estudo é que *a força de trabalho, no sistema capitalista, também é uma mercadoria como qualquer outra*. E o *valor* dessa força de trabalho é determinado pela quantidade de trabalho necessário para a sua conservação, ou reprodução, mas o uso desta força só é limitado pela energia vital e a força física do operário:

Ao comprar a força de trabalho do operário e ao pagá-lo pelo seu valor, o capitalista adquire, como qualquer outro comprador, o direito de consumir ou usar a mercadoria comprada. A força de trabalho de um homem é consumida, ou usada, fazendo-o trabalhar, assim como se consomem ou se usa uma máquina fazendo-a funcionar. Portanto, o capitalista ao comprar o valor diário, ou semanal, da força de trabalho do operário, adquire o direito de servir-se dela ou de fazê-la funcionar durante *todo o dia* ou *toda a semana*. (MARX, 1988, p. 289).

Essa limitação laboral é importante de aqui ser aprofundada, já que há uma imposição quanto à carga horária imposta ao trabalhador. Ou seja, para Marx (2012, p. 270), “a jornada de trabalho não é uma grandeza constante, mas variável”, uma vez que “sua magnitude total varia com a duração do trabalho excedente” (MARX, 2012, p.270). Para o trabalhador da reportagem é importante destacar ainda o tempo de deslocamento para se chegar até o seu trabalho, quando se submetia a um transporte instável e desconfortável, prejudicando sua saúde físico-mental.

Existe ainda a incapacidade do capital em se arranjar socialmente com qualidade na garantia de direitos básicos à sobrevivência da humanidade, como a habitação. Retornemos ao trecho da reportagem que diz: “[...] Sua mulher o acompanha até a porta, enquanto os dois filhos dormem numa única rede num cômodo da casa. Caminha por 15 minutos por ruas escuras, sem asfalto, e passa por becos estreitos até chegar à BR 222 (Belém-Brasília), onde pegará o ônibus” [...]. Engels (2010, p. 70) faz a seguinte ponderação sobre a questão habitacional:

Todas as grandes cidades têm um ou vários “bairros de má fama” onde se concentra a classe operária. É certo ser frequente a miséria abrigar-se em vielas escondidas, embora próximas ao palácio dos ricos; mas, em geral, é-lhe designada uma área à parte, na qual, longe do olhar das classes mais afortunadas, deve safar-se, bem ou mal, sozinha. (ENGELS, 2010, p. 70)

Ao seguir a linha de prosseguirmos na avaliação da limitação do capital diante da exploração da classe operária mediante seu aspecto físico e cognitivo, tomemos como exemplo como Marx (2012, p. 520) em 1863 descreveu o trabalho em uma indústria algodoeira:

Os empregados encarregados de abrir os fardos de algodão informaram-me que o cheiro insuportável lhes faz mal. (...) nas salas de misturar, carducar e cardar, a poeira e o cheiro que se desprendem irritam as vias respiratórias, causam tosse e dificuldade de respiração. (...) Em virtude da fibra curta, adiciona-se ao fio, na ocasião de engomar, grande quantidade de todas as espécies de ingredientes que substituem a farinha que se utilizava antigamente. Daí as náuseas e as dispepsias dos tecelões. A poeira causa bronquite, inflamação da garganta, além de uma doença de pele, em virtude da irritação provocada pela sujeira do algodão *surat*.

No século XXI, voltemos ao relato da vida de José da Silva, trabalhador na aplicação de veneno em um monocultivo de eucalipto:

Passa das seis horas da manhã, hora do trabalho, e José é responsável pelo despejo de veneno na plantação do monocultivo, chegando a percorrer de 32 a 42 hectares por dia. “Pelo menos trabalhamos devidamente equipados, mas recebemos só cindo reais de insalubridade por dia”.

Entre hora *in itinere*, insalubridade e o salário registrado na carteira de R\$ 550, José consegue tirar por oito horas de trabalho diário menos de setecentos reais por mês. Algo que o indigna. “A empresa terceiriza o trabalho para não dar o direito para o trabalhador”, desabafa. José diz não ter cesta básica nem convênio médico. “Mexendo com esses venenos o dia todo e se fico doente?”

Marx (2010, p. 528) traduzia, nos relatos a sua época (nesse caso em 1861), que “a vida de milhões de trabalhadores e trabalhadoras é hoje atormentada e encurtada inutilmente por sofrimentos físicos sem fim, produzidos pelo simples fato de trabalharem”.

Engels (2010, p. 189) consegue trazer em seu discurso uma análise que ultrapassa os muros da indústria e dos postos de trabalho. Para ele, existe uma forte vinculação da maneira como se consolida as relações trabalhistas dentro do universo sistêmico de estruturação do capital e suas consequências para os outros vieses de sociabilidade humana, conforme podemos ver a seguir:

Aquela jornada tão longa de trabalho, porém, não bastava à avidez dos capitalistas; era preciso obter, por quaisquer meios, o máximo retorno sobre o capital investido em máquinas e edifícios: por isso, os fabricantes introduziram o infame sistema do trabalho noturno. Em algumas fábricas, havia dois grupos de operários para operá-las continuamente: um grupo trabalhava doze horas ao dia e outro, doze horas à noite. Não é difícil imaginar as consequências dessa permanente supressão do repouso noturno, que nenhum sono diurno pode substituir, sobre o estado físico das crianças, e mesmo dos jovens e dos adultos – dela resultou, inevitavelmente, uma superexcitação nervosa e um esgotamento do corpo, que se acresceram ao enfraquecimento físico preexistente. Ademais, ela aumentou o estímulo ao alcoolismo e ao desregramento sexual; um industrial declarou que, durante os dois anos em que sua fábrica funcionou dia e noite, dobrou o número de nascimentos de filhos ilegítimos e que a corrupção se generalizou a tal ponto que ele acabou por renunciar ao trabalho noturno. (ENGELS, 2010, p. 189)

Há, por isso, duas considerações passíveis de análise na limitação da jornada de trabalho: uma de aspecto físico e outra de cunho moral. Para Marx (2012, p.270), “o

trabalhador precisa de tempo para satisfazer necessidades espirituais e sociais cujo número e extensão são determinados pelo nível geral de civilização. Assim, as variações da jornada de trabalho ocorrem dentro desses limites físicos e sociais”, que variam, segundo ao autor, com a conjuntura histórica vivenciada.

Ou seja, uma façanha do capitalismo se encontra principalmente em sua lei da produção, que serve de base à pretensa lei natural da população: “a relação entre capital, acumulação e salários é apenas a relação entre o trabalho gratuito que se transforma em capital e o trabalho adicional necessário para por em movimento esse capital suplementar.” (MARX, 1988, p. 721)

Segundo Harvey (2007, p.166), “o capitalismo está fundado, numa relação de classe entre capital e trabalho. Como o controle do trabalho é essencial para o lucro capitalista, a dinâmica da luta de classes pelo controle do trabalho e pelo salário de mercado é fundamental para a trajetória do desenvolvimento capitalista”. E o objetivo de apropriação máxima dos lucros pelos detentores dos meios de produção traz implicações significativas para a classe trabalhadora, que vive da venda de sua força de trabalho, sendo que um desses rebatimentos se refere à incapacidade desse sistema de acumulação em absorver todo o conjunto de trabalhadores no mercado de trabalho.

A partir dessas considerações, é imprescindível ponderar sobre a funcionalidade desse Exército Industrial de Reserva para o capital, a partir do qual os trabalhadores constantemente são impulsionados à submissão de degradantes condições de trabalho. Além disso, de acordo com Mészáros (2006, p. 31), “atingimos uma fase do desenvolvimento histórico do sistema capitalista em que o desemprego é a sua característica dominante”:

Ironicamente, o desenvolvimento daquele que é de longe o mais dinâmico sistema produtivo da história culmina por proporcionar um número cada vez maior de seres humanos supérfluos para o seu mecanismo de produção, embora – de acordo com o caráter incorrigivelmente contraditório do sistema – estejam longe de ser supérfluos como consumidores. A novidade histórica desse tipo de desemprego do sistema globalmente integrado é que as contradições ocorridas em qualquer uma de suas partes específicas complicam e agravam os problemas

de outras partes e, conseqüentemente, da sua totalidade. A necessidade de produzir desemprego, “diminuição de custos” etc. necessariamente surge dos imperativos antagônicos do capital, da busca do lucro e da acumulação, aos quais não pode renunciar e aos quais tampouco pode se restringir segundo princípios racional e humanamente gratificantes. Ou o capital mantém seu inexorável impulso em direção aos objetivos da auto-expansão, não importa quão devastadoras sejam as conseqüências, ou se torna incapaz de controlar o metabolismo social da reprodução. A esse respeito, as soluções parciais não serão capazes de prestar sequer a mais superficial atenção aos sofrimentos humanos, até porque é a primeira vez na história que a dinâmica – e, em suas implicações finais, dinamicamente destrutivas – do controle social metabólico auto-expansivo do sistema expõe, brutalmente se necessário, uma maioria esmagadora de seres humanos do processo de trabalho. Esse é o sentido profundamente perturbador da “globalização” (MÉSZÁRIOS, 2006, p.31)

Assim, dentro desse contexto de ampliação do desemprego e conseqüente ampliação do exército industrial de reserva, é possível conceber que os recursos utilizados pelos próprios capitalistas, de explorar a força de trabalho e não empregá-la em sua totalidade, implica em si, num próprio processo de precarização do trabalho.

O que importa também é o fato de que o capitalismo produz além das mercadorias uma superpopulação relativa. Esta se engendra em uma relação amplamente contraditória, onde quem está sem ocupação interfere diretamente em quem ocupa um posto de trabalho. Para Marx (1988, p. 743), a “lei geral da acumulação capitalista” cria formas de existência de uma “superpopulação relativa”, segundo a qual “todo trabalhador dela faz parte durante o tempo que está desempregado ou parcialmente empregado”. A superpopulação relativa assume três formas possíveis: a flutuante, latente e estagnada. A primeira delas – flutuante – se situa “nos centros da indústria moderna, fábricas, manufaturas, usinas siderúrgicas e minas etc., onde os trabalhadores são ora repelidos, ora atraídos em quantidade maior, de modo que, no seu conjunto, aumenta o número, embora em proporção que decresce com o aumento da escala da produção”.

A forma latente assume o espectro contraditório entre o campo rural e urbano, onde, na medida em que a produção capitalista se apodera ou penetra na agricultura ocorre uma repulsão dos trabalhadores que a partir de então seguem o fluxo para as cidades. Nessa forma, Marx (1988, p.746) situa que “o trabalhador rural é rebaixado ao nível mínimo de salário e está sempre com um pé no pântano do pauperismo”.

A terceira categoria de superpopulação relativa, a estagnada, “constitui parte do exército de trabalhadores em ação, mas com ocupação totalmente irregular” (MARX, 1984, p.746).

Ainda em consonância com o autor é importante salientar que o mais profundo sedimento da superpopulação relativa “vegeta no inferno da indigência, do pauperismo. Pondo de lado os vagabundos, os criminosos, as prostitutas e o rebotalho do proletariado” (MARX, 1988, p.747). Essa camada social assume, nesse contexto, três categorias: “Primeiro os aptos para o trabalho, segundo, os órfãos e filhos de indigentes e em terceiro, os degradados, desmoralizados, incapazes de trabalhar” (MARX, 1988, p.747).

Ou seja, uma das principais contradições inerentes ao sistema capitalista de produção, portanto, é o fato de que a população trabalhadora, ao produzir a acumulação do capital, produz, em proporções crescentes, os meios que fazem dela, relativamente, uma população supérflua:

Se uma população trabalhadora excedente é produto necessário da acumulação ou do desenvolvimento da riqueza no sistema capitalista, ela se torna por sua vez a alavanca da acumulação capitalista, e mesmo condição de existência do modo de produção capitalista. Ela constitui um exército industrial de reserva disponível, que pertence ao capital de maneira tão absoluta como se fosse criado e mantido por ele. Ela proporciona o material humano a serviço das necessidades variáveis de expansão do capital e sempre pronta para ser explorado, independentemente dos limites do verdadeiro incremento da população. Com a acumulação e com o desenvolvimento da produtividade do trabalho que a acompanha, cresce a força de expansão súbita do capital. Essa força de expansão cresce em virtude das seguintes causas: aumentam a elasticidade do capital em funcionamento e a riqueza absoluta da qual o capital constitui apenas uma parte elástica; o crédito, sob qualquer incentivo especial, põe à disposição da produção como capital adicional, no instante, parte considerável desta riqueza; as condições técnicas do próprio processo de produção, a maquinaria, os meios de transportes etc. possibilitam a transformação mais rápida, na mais larga escala, do produto excedente em meios de produção adicionais. A massa de riqueza social que se torna transbordante com o processo de acumulação e pode ser transformada em capital adicional lança-se freneticamente aos ramos de produção antigos cujo mercado se amplia subitamente ou aos novos, como ferrovias etc. cuja necessidade decorre do desenvolvimento dos antigos. Nesses casos, grandes massas humanas tem de estar disponíveis para serem lançadas nos pontos decisivos, sem prejudicar a escala de produção nos outros ramos. A superpopulação fornece-as. O curso característico da indústria moderna um ciclo

decenal, com a intercorrência de movimentos oscilatórios menores constituído de fases de atividade média, de produção a todo vapor, de crise e de estagnação, baseia-se na formação contínua, na maior ou menor absorção e na reconstituição do exército industrial de reserva, a população supérflua, excedente. As alternativas do ciclo industrial recrutam a população excedente e se tornam os mais poderosos agentes de sua reprodução. (MARX, 1988, p. 733/734)

Ao mesmo tempo, a relação de reproduzir-se a si enquanto trabalhador e simultaneamente gerar forças para sua própria repulsão do mercado, pode ser somado à própria função de dependência que o trabalhador possui do capitalista: “A força de trabalho tem de incorporar-se continuamente ao capital como meio de expandi-lo, não pode livrar-se dele. Sua escravização ao capital se dissimula apenas com a mudança dos capitalistas a que se vende, e sua reprodução constitui, na realidade, um fator de reprodução ao próprio capital”. (MARX, 1988, p. 714)

Antes de tudo, para Marx (1983, p.29), o trabalho é “um processo entre o homem e a natureza, um processo em que o homem, por sua própria ação, media, regula e controla seu metabolismo com a natureza”. Esse processo é ao mesmo tempo transformador da natureza e transformador do homem, à medida que o homem transforma a natureza, transforma a si mesmo pela mediação reflexiva que envolve a totalidade desse processo.

Nesse sentido, os elementos que compõem o processo de trabalho compreendem as atividades orientadas a um fim ou o trabalho mesmo, seu objeto e seus meios. Marx (1983, p.31) ensina que o meio de trabalho “é uma coisa ou um complexo de coisas que o trabalhador coloca entre si mesmo e o objeto de trabalho e que lhe serve como condutor de sua atividade sobre esse objeto”.

Dessa forma, se consideramos o trabalho como um momento fundante da vida humana, por outro lado, a sociedade capitalista o transforma em trabalho assalariado, alienado e fetichizado:

O trabalho como atividade vital, se configura então como trabalho alienado, expressão de uma relação social fundada na propriedade privada, no capital e no dinheiro. Alienado frente ao produto do seu trabalho e frente ao próprio ato de produção da vida material, o ser social torna-se um ser estranho frente a ele

mesmo: o homem estranha-se em relação ao próprio homem, tornando-se estranho em relação ao gênero humano” (ANTUNES, 2004, p.9)

Pode-se perceber que esses eixos estruturantes do trabalho no âmbito do sistema capitalista de produção, trazem rebatimentos imensuráveis aos trabalhadores que vendem sua força de trabalho. Essa relação estabelecida entre o capital e o trabalho, assume várias feições no próprio processo histórico de efetivação do sistema, onde as estratégias firmadas para sua sustentação trazem constantes implicações para a classe trabalhadora.

Vale aqui fortalecer a alegação de que a precarização não é própria das características assumidas pelo processo de trabalho recente. Apesar de preponderantemente os autores assimilarem precarização com as novas formas de contratação dos trabalhadores, como veremos adiante, o processo de trabalho capitalista sempre assumiu a feição peculiar de conduzir constantes aviltamentos das relações laborais, por isso, a precarização é própria, inerente, ao sistema capitalista de produção, quando à medida que o objetivo se torna a extração de superlucros pelos capitalistas, os rebatimentos para os trabalhadores assumem diferentes configurações. Trata-se de assimilar que o trabalho advindo de outras formas de contratação, regulamentadas, também possuem outras formas de desamparos, como por exemplo, a instabilidade e submissão de funções que não correspondem às estabelecidas para o trabalhador no momento de consolidação do contrato.

Pode-se considerar que no contexto capitalista de produção, portanto, todo trabalhador que vende sua força de trabalho ao capital passa por um processo de precarização, à medida que tem sua força de trabalho explorada, ou seja, ao passo que o trabalhador é explorado e que o objetivo final dos capitalistas é a obtenção excessiva do lucro e consequentemente da extração da mais-valia, a venda da força de trabalho pelo trabalhador será mais um meio para a efetivação dessa dinâmica e estruturação do sistema de produção.

Vejamos, por exemplo, como Marx (2004) discorreu sobre o processo de trabalho no sistema capitalista de produção:

O processo de trabalho, em seu decurso enquanto processo de consumo de força de trabalho pelo capitalista, mostra dois fenômenos peculiares.

Primeiro: O trabalhador trabalha sob o controle do capitalista a quem pertence o seu trabalho. O capitalista cuida de que o trabalho se realize em ordem e os meios de produção sejam empregados conforme seus fins, portanto, que não seja desperdiçada matéria prima e que o instrumento de trabalho seja preservado, isto é, só seja destruído na medida em que seu uso no trabalho o exija.

Segundo: O produto, porém, é propriedade do capitalista, e não do produtor direto, do trabalhador. O capitalista paga, por exemplo, um valor de um dia da força de trabalho. A sua utilização, como a de qualquer outra mercadoria – por exemplo, a de um cavalo que alugou por dia – pertence-lhe, portanto, durante o dia. Ao comprador da mercadoria pertence a utilização da mercadoria, e o possuidor da força de trabalho dá, de fato, apenas o valor de uso que vendeu ao dar seu trabalho. A partir do momento em que ele entrou na oficina do capitalista, o valor de uso de sua força de trabalho, portanto, sua utilização, o trabalho, pertence ao capitalista (MARX, 2004, p. 39;40).

Consideremos dessa forma que “o empresário deseja comprar a força de trabalho para que o trabalhador realize um trabalho e produza valor e mais-valia. Assim, o valor de uso da força de trabalho é sua capacidade de produzir valor e mais-valia” (CARCANHOLO; SABADINI, 2011, p.132).

Nessa linha, Marx (2004) defende a extração da mais-valia a partir de três tipos: mais-valia extra, mais-valia absoluta e mais-valia relativa. Mantenhamos o foco inicialmente nessas duas últimas já que na opinião de Carcanholo e Sabadini (2011), a mais-valia extra se apresenta na aparência, posto que:

[...] ao contrário da mais valia relativa, deve ser compreendida, então, a partir da perspectiva individual da empresa e não do conjunto das mudanças tecnológicas feitas por todos os capitalistas. Nessas condições, a empresa que inova tecnologicamente possui, durante um período normalmente limitado de tempo, uma mais valia maior, a mais valia extra (CARCANHOLO; SABADINI, 2011, p. 143).

Ainda em consonância com o autor acima a mais valia absoluta:

[...] é uma forma que o capital utiliza para incrementar a massa de mais valia produzida por um trabalhador. Consiste em prolongar a jornada de trabalho ou

intensificá-la, mantendo-se ou não constata a parte que é destinada ao pagamento da força de trabalho sob a forma de salário (CARCANHOLO; SABADINI, 2011, p. 137).

Enquanto a mais-valia relativa:

Supondo-se que não podemos mais aumentar a jornada de trabalho para além dos limites estabelecidos e nem intensificá-la, a única forma de se ampliar a mais-valia produzida será diminuir a parte da jornada de trabalho que é paga ao trabalhador sob a forma de salário. [...] É importante ter presente que, na mais-valia relativa, o trabalhador não passa a receber um salário real menor, isto é, continuará a receber uma remuneração que seguirá lhe permitindo comprar a mesma quantidade de valores de uso de antes. [...] Isso só é possível se a cesta de consumo dos trabalhadores sofrer uma redução. Para isso é indispensável um aumento da força produtiva do trabalho (produtividade, na linguagem corrente) nos setores que produzem de consumo dos trabalhadores ou os insumos e os meios de produção necessários (CARCANHOLO; SABADINI, 2011, p. 139).

Caracteriza-se, dessa maneira, que é nato ao sistema capitalista de produção *precarizar* as relações de venda e compra da força de trabalho. Evidentemente que não podemos desconsiderar as constantes mudanças que vem acontecendo no mundo do trabalho que envolvem lutas sociais, inserção de novas tecnologias e contextos históricos diferenciados. No entanto, essas transformações ilustram a forma como o trabalho e sua intrínseca exploração, assumem diversas expressões de precarização, em cada conjuntura com novas roupagens e adaptações.

Dessa forma, “a condenação de uma parte da classe trabalhadora à ociosidade forçada, em virtude do trabalho excessivo da outra parte, torna-se fonte de enriquecimento individual dos capitalistas e acelera ao mesmo tempo a produção do exército industrial de reserva numa escala correspondente ao progresso da acumulação social” (MARX, 1988, p. 738-739).

No entanto, Carcanholo e Sabadini (2011) defendem:

As modificações observadas nas últimas décadas no processo produtivo, em especial na indústria de transformação, como a introdução ou ampliação de formas flexíveis de trabalho, por exemplo, devem ser entendidas dentro dessa perspectiva de elevação da produção de mais valia por meio da mais valia relativa. O capitalismo, nesse sentido, muda constantemente sua forma para se adaptar a uma determinada realidade. Muda sua forma de produzir, mas sua

essência continua a mesma: a exploração da força de trabalho. (CARCANHOLO; SABADINI, 2011, p. 139; 140).

2.4 O QUE A HISTÓRIA ENSINA SOBRE A PRECARIZAÇÃO

Constatamos então, através do delineamento deste capítulo, que a precarização do trabalho é ao mesmo tempo *processo e condição* de existência do capitalismo e, logo, sinônimo de sua organização sistêmica. É evidente que o sistema capitalista produz seus sinônimos e antônimos. Não resta dúvida que ao produzir riqueza também há uma forte e intensa produção de pobreza, produz-se fartura e miséria, emprego e desemprego, sonhos e pesadelos, palácios e casebres. No entanto, falar de aviltamentos à classe trabalhadora, exploração, desigualdade social, e precarização é como se estivéssemos atentos a sinônimos, a fenômenos que se alastram e compõem necessariamente a uma estruturação *histórica* do capitalismo.

Além dos outros fatores que engendram a estruturação do capitalismo e as consequências para a classe trabalhadora, as três histórias anteriores tinham a intenção de ilustrar que o capitalismo transformou o trabalho em uma obrigação e em um não reconhecimento “identitário”, pautando o labor na necessidade e na dependência. E essa própria relação em si traduz o trabalho - dentro do sistema vigente - em precário.

O que devemos ficar atentos, entretanto, é no ciclo operacionalizado dentro do sistema capitalista de produção: quando há prosperidade econômica em um determinado momento histórico, há logo em seguida, de forma assim previsível a ocorrência de uma crise. E é nesse ciclo, nessa crise, que podemos vislumbrar de forma ainda mais maçante consequências devastadoras aos trabalhadores. Mas isso não significa que anteriormente à crise, em época de “progresso” houve em algum momento uma estabilização e/ou uma consolidação de satisfatórias condições de vida aos trabalhadores, pois na essência, dentro do cerne organizativo sistêmico não houve alteração de caráter fundamental e estrutural.

Na verdade, o que existe é uma forma vilipendiosa da burguesia em manter sua posição dentro da relação classista, restando aos trabalhadores o caminho da luta, o caminho de ruptura com vocabulários que acorrentam e posicionam o trabalhador cada vez mais em uma postura de dependência com a classe burguesa. Portanto, é o momento de considerarmos a individualidade como um conceito ultrapassado, que traz inferências altamente autodestrutivas a quem produz a riqueza social e, por isso, necessita vê-la redistribuída de forma equitativa e justa.

Depois de termos clareza sobre os aspectos acima mencionados, daremos continuidade ao raciocínio, através de uma contextualização da maneira como alguns autores tem posicionado o assunto da precarização do trabalho na contemporaneidade.

3 A PRECARIZAÇÃO DO TRABALHO EM PAUTA: DEFINIÇÕES E ENTENDIMENTOS

Este capítulo foi construído a partir de uma literatura selecionada, iniciada no decorrer da elaboração do projeto da disciplina de metodologia no mestrado em Política Social pela Universidade Federal do Espírito Santo. Neste, houve contato com artigos e livros que tratam da temática estudada, possibilitando, a partir dessa produção, novas indicações de literaturas que vieram dar forma ao que será discutido a seguir.

Embora a carga de leitura tenha ultrapassado a sugestão da leitura inicial³ indicada no projeto, chegou um momento em que foi possível identificar uma congruência no pensamento entre os autores. Era como se definitivamente tivéssemos encontrado o ponto chave, que unificava a conceituação do termo precarização do trabalho.

E, por isso, pelo conceito implícito encontrado nas literaturas estudadas, optou-se pela seleção dos autores lidos, autores esses que conseguiram reunir em seus estudos, elementos que dessem conta de estruturar o direcionamento aqui proposto. Trata-se aqui, da desnecessidade de abarcar e citar todos os autores estudados, pelo fato da congruência existente e da premência de evitar uma repetição exaustiva. Afinal, este capítulo diz respeito a estruturação do segundo objetivo do projeto de pesquisa: identificar como os autores têm definido a precarização do trabalho, no intuito de problematizar o debate iniciado.

Isso dito, porque dos artigos e livros estudados, quando mencionado o termo precarização do trabalho, eram aludidos preponderantemente quatro autores: Ricardo Antunes, Annie Thébaud-Mony, Graça Druck e Giovanna Alves. No entanto, nas entrelinhas de outros estudos complementamos e consolidamos o pensamento que aqui será estruturado.

3

Optamos por colocar a literatura lida para estruturação desse capítulo em um tópico separado, nas referências, somente para o leitor ter clareza dos artigos e livros estudados, pois não houve a citação de todos eles.

Importante evidenciarmos que neste capítulo aparecerá um rol de citações diretas, posto que a partir do objetivo mencionado, de contextualização do leitor sobre o debate da precarização do trabalho, optou-se por dar voz aos autores, mediante suas próprias palavras e pensamentos.

Não se trata, e é de suma importância destacar, de desqualificar os autores que colocaremos em foco. Na verdade, seus estudos deram propulsão a uma possibilidade de alargarmos o termo em questão. Mas antes de começarmos a tratar das especificidades de cada autor, torna-se necessário a menção das similaridades e congruências e, na leitura realizada evidenciamos duas delas. Insta frisar que não houveram discordâncias alarmantes entre as linhas de raciocínio, no entanto, cada um acrescentou de forma diferenciada a discussão, trazendo contribuições a partir do enfoque de seu estudo.

Por primeiro, todos os quatro principais autores, bem como os que os complementaram, acreditam que a precarização do trabalho sofreu *metamorfoses* no interior do sistema capitalista de produção. Por segundo, o marco histórico que evidencia a utilização do termo precarização do trabalho, para estes autores, é a partir da década de 80, com o advento da reestruturação produtiva, fim do fordismo e início de um novo modelo de produção: o toyotismo.

Pois bem, para introduzirmos a discussão é preciso dizer: nenhum vocabulário é inocente. Dizemos isso, pois há, dentro da discussão do que é precário uma forte ideia de que a precarização não está focalizada somente no âmbito de discussão do trabalho. Bourdieu (1998), por exemplo, acredita que a precariedade está hoje por toda a parte, seja no trabalho, seja na esfera do acesso a cultura, ao lazer e aos meios de comunicação:

Constata-se claramente que a precariedade está hoje por toda a parte. No setor privado, mas também no setor público, onde se multiplicaram as posições temporárias e interinas, nas empresas industriais e também nas instituições de

produção e difusão cultural, educação, jornalismo, meios de comunicação etc., onde ela produz efeitos sempre mais ou menos idênticos, que se tornam particularmente visíveis no caso extremo dos desempregados: a desestruturação da existência, privada, entre outras coisas, de suas estruturas temporais, e a degradação de toda a relação com o mundo e, como consequência, com o tempo e o espaço. A precariedade afeta profundamente qualquer homem ou mulher exposto a seus efeitos; tornando o futuro incerto, ela impede qualquer antecipação racional e, especialmente, esse mínimo de crença e de esperança no futuro que é preciso ter para se revoltar, sobretudo coletivamente, contra o presente, mesmo o mais intolerável (BOURDIEU, 1998, p. 120)

Trata-se de conectarmos o fator econômico, de produção de mercadorias e mercado de trabalho, com o fator político. A precarização é um termo que se encaixa, dentro do sistema capitalista de produção, em qualquer esfera de sociabilidade do homem com o próprio homem:

A precariedade atua diretamente sobre aquele que ela afeta (e que ela impede, efetivamente, de serem mobilizados) e indiretamente sobre todos os outros, pelo temor que ela suscita e que é metodicamente explorado pelas estratégias de *precarização*, como a introdução da famosa "flexibilidade" - que como vimos, é inspirada tanto por razões econômicas quanto políticas. Começa-se assim a suspeitar de que a precariedade é o produto de uma *vontade política*, e não de uma *fatalidade econômica*, identificada com a famosa "mundialização". (BORDIEU, 1998, p. 123)

Citamos este autor, de maneira introdutória, para podermos delimitar que embora a sociabilidade humana tenha encontrado diversos exemplos de conexão com a precariedade, o nosso foco aqui está na precarização *do trabalho*. E ao voltarmos os olhos para dentro da especificidade dessa temática, percebemos peculiaridades que vão desde à superpopulação relativa até a excessiva exploração do trabalhador.

Pois bem, dando continuidade ao debate, iniciaremos o estudo sobre a diferença entre precarização e precariedade. Esse foi o foco da pesquisa de Thébaud-Mony e Druck (2007). As autoras realizaram seu estudo com base comparativa entre a utilização do termo flexibilidade/flexibilização e precariedade/precarização nos autores do Brasil e da França. Segundo suas conclusões, embora haja diferenciação entre o contexto de aplicação dos termos flexibilidade/flexibilização pelos autores estudados por elas, a utilização do termo precarização/precariedade não apresenta distinções, como verificaremos abaixo:

Diferentemente do uso diverso de flexibilização e flexibilidade, no Brasil, os estudos tratam a precarização e precariedade como termos idênticos ou como sinônimos. No entanto, na comparação com a literatura da sociologia francesa, observa-se que o conteúdo referido nos estudos brasileiros é o mesmo que grande parte dos estudos franceses trata como *precarização* do trabalho. Compreendido como o processo social constituído pela amplificação e institucionalização da instabilidade e da insegurança, expressa nas novas formas de organização do trabalho - onde a terceirização/subcontratação ocupa um lugar central - e no recuo do papel do Estado como regulador do mercado de trabalho e da proteção social através das inovações da legislação do trabalho e previdenciária. Um processo que atinge os trabalhadores, independentemente de seu estatuto, e que tem levado a crescente degradação das condições de trabalho, da saúde (e da vida) dos trabalhadores e da vitalidade da ação sindical. (THÉBAUD-MONY, A.; DRUCK, G, 2007, p. 30-31)

Dando seqüência aos estudos apontados pelas autoras, Thébaud-Mony e Druck relatam que existe uma relação entre flexibilização/flexibilidade e precarização/precariedade. É como se essas duas expressões se encontrassem e fizessem parte de um mesmo fenômeno:

Assim, a relação entre flexibilidade e precariedade pode ser aprendida no "lugar" em que elas estão indissoluvelmente ligadas e onde, portanto, desaparece a separação e disjunção entre os dois fenômenos: a organização social do trabalho. É no interior desse processo que se inscreve a subcontratação, considerada estratégia central que evidencia a divisão do trabalho e dos riscos enquanto dimensão estrutural de organização produtiva da indústria no plano internacional. (THÉBAUD-MONY, A.; DRUCK, G, 2007, p.37)

Evidentemente que a relação entre essas duas expressões que assumiram o objeto de trabalho destas autoras, é contextualizado a partir de um momento histórico. Elas defendem uma metamorfose da precarização do trabalho e citam o exemplo da Revolução Industrial a título de ilustração, como se naquela época já existissem sintomas de precariedade:

A utilização do *putting-out-system* foi marcante durante a formação das fábricas e durante o desenvolvimento da Revolução Industrial, especialmente na Inglaterra, país onde tal sistema era mais desenvolvido. O trabalho nas fábricas têxteis era realizado sob condições de semi-escravidão, constituído em sua maioria por mulheres e crianças que, em casa ou na oficina, viviam em condições extremamente precárias, com intensas jornadas de trabalho (quinze horas ou

mais), ambientes insalubres, e sob a pressão permanente dos "capatazes" que exigiam produção e produtividade, ao tempo em que pagavam um salário miserável que não permitia sequer repor a energia e a vida gasta com o trabalho realizado.

Tal condição precária da classe operária nascente era, porém, mais acentuada entre as mulheres operárias; para os homes, havia uma tendência de estabilidade e segurança maiores.

Assim, durante todo o século XIX, o avanço do capitalismo industrial e do processo de formação e consolidação do trabalho assalariado se deu sob condições precárias. (THÉBAUD-MONY, A.; DRUCK, G, 2007, p.24-25)

No entanto, no decorrer do estudo evidenciamos a crença que a precariedade do trabalho foi rompida em um determinado momento histórico, como se através das lutas sociais e da própria atuação do Estado, já tivéssemos vivenciado um momento, um período em que a precariedade estivesse latente, sem se revelar, no capitalismo:

No entanto, as lutas operárias, as crises do capitalismo e a demonstração de suas insuficiências aos poucos formaram novas conjunturas históricas que, em cada momento, como produto das relações de forças, deixaram para trás a precariedade e redefiniram as tendências das formas de organização do trabalho. Pode-se afirmar que a condição precária do século XIX foi sendo superada a partir de um conjunto de conquistas do movimento operário, com destaque ao papel do Estado no sentido de regular o mercado de trabalho através das legislações trabalhistas, redefinindo os limites da superexploração e garantindo alguma proteção social aos trabalhadores, especialmente aos mais pobres. (THÉBAUD-MONY, A.; DRUCK, G, 2007, p.25, *grifos nossos*)

Nesse sentido, no entender das autoras, há um momento em que, a partir da luta operária, há uma superação da precarização do trabalho. Assim, como verificaremos na passagem a seguir, foi a partir do século XX, em meados da década de 80, que essa precarização do trabalho volta a manifestar-se, agora com *novas* nuances e características, a partir de *novas* formas de organização do capital financeiro, atingindo diretamente a classe trabalhadora:

Nas últimas duas décadas do século XX, uma nova conjuntura histórica se ergue num quadro de crise do capitalismo. Trata-se de um momento marcado pela mundialização, fundada na hegemonia da "lógica financeira, que ultrapassa o terreno estritamente econômico do mercado e impregna todos os âmbitos da vida social, dando conteúdo a um *novo* modo de trabalho e de vida. Trata-se de uma rapidez inédita do *tempo social*", que parece não ultrapassar o *presente contínuo*, um tempo sustentado na volatilidade efemeridade e descartabilidade, sem limites,

de tudo o que se produz e, principalmente, dos que produzem: os homens e mulheres que vivem do trabalho.

Neste contexto histórico, a flexibilização e a precarização do trabalho se metamorfoseiam, assumindo novas dimensões e configurações. O curto prazo impõe processos ágeis de produção e de trabalho e, para tal, é indispensável contar com trabalhadores que se submetam a quaisquer condições para atender ao novo ritmo e às rápidas mudanças. A mesma lógica que incentiva a permanente inovação no campo da tecnologia atinge a força de trabalho de forma impiedosa, transformando rapidamente os homens que trabalham em obsoletos e descartáveis, homens que devem ser "superados" e substituídos por outros "novos" e "modernos", isto é, flexíveis. É o tempo de novos (des)empregados, de homens empregáveis no curto prazo, através das (novas) e precárias formas de contrato e, dentre elas, a terceirização/subcontratação ocupa lugar de destaque.

No plano ideológico, político e cultural, o incentivo à individualidade transforma-se no mais puro individualismo, é um processo em que cada indivíduo é responsável por se dotar dos meios e atributos (novos) exigidos pela reestruturação em curso para ter *empregabilidade* - um conjunto de qualidades típicas daqueles que se adaptam facilmente a novas situações, que têm iniciativa, que são ágeis, que são *flexíveis*. (THÉBAUD-MONY, A.; DRUCK, G, 2007, p.25-26)

Dessa forma, trata-se de evidenciarmos que, segundo as autoras, a nova conjuntura histórica do capitalismo traz *novas* conseqüências aos trabalhadores, conjuntura essa marcada por *novos* contornos, tanto de viés econômico, quanto de viés político:

[...] busca-se mostrar que as relações sociais estabelecidas pelas transformações na organização social do trabalho e, em seu interior, o abalo a saúde dos que trabalham resultam de escolhas políticas dos homens que dirigem e determinam essa "única" via para garantir a acumulação do capital num novo contexto mundializado do capitalismo. (THÉBAUD-MONY, A.; DRUCK, G, 2007, p.37)

Foi possível perceber no estudo supraindicado dois aspectos passíveis de serem pontuados. Por primeiro, a vinculação temporal que traz a baila um rompimento com a precarização do trabalho em certo momento histórico pode sugerir uma polarização ao debate em seu âmbito social e legal. Não é possível afirmar que a garantia de direitos – apesar de não podermos desqualificar as conquistas adquiridas nessa esfera - são uma forma de “desprecarizar” o trabalho em sua totalidade. Assim, embora a regulamentação traga garantias, dentro da essência estrutural do capitalismo não há qualquer mudança regulatória que seja definitiva, portanto, somente esse aspecto – da conquista trabalhista não ter garantia eterna – pressupõe precarização do trabalho.

Notamos ainda, que o lugar da precarização do trabalho no conjunto do estudo das autoras, assume uma posição de similaridade com as características da flexibilidade.

Já Antunes (2008) focaliza sua atenção para o que ele denomina de *precarização estrutural do trabalho*. O primeiro ponto central acrescentado por este autor à discussão aqui proposta diz respeito a contradição explicitada por este entre *menos trabalho* e *mais trabalho*. É como se atualmente estivéssemos vivenciando um momento de ampliação do desemprego e ao mesmo tempo, os empregos sobressalentes exigissem cada vez *mais* do trabalhador no sentido de intensificação, multifuncionalidade e etc:

Há, então, um movimento pendular que caracteriza a classe trabalhadora: por um lado, cada vez *menos* homens e mulheres *trabalham muito*, em ritmo e intensidade que se assemelham à fase pretérita do capitalismo, na gênese da Revolução Industrial, configurando uma redução do trabalho estável, herança da fase industrial que conformou o capitalismo do século XX. Como, entretanto, os capitais não podem eliminar *completamente* o trabalho vivo, consegue reduzi-lo em várias áreas e ampliá-lo em outras, como se vê pela crescente apropriação da dimensão cognitiva do trabalho. Aqui encontramos, então, o traço de *perenidade* do trabalho.

No outro lado do pêndulo, cada vez *mais* homens e mulheres trabalhadores encontram *menos trabalho*, esparramando-se pelo mundo em busca de qualquer labor, configurando uma crescente tendência de precarização do trabalho em escala global, que vai dos EUA ao Japão, da Alemanha ao México, da Inglaterra ao Brasil, sendo que a ampliação do desemprego estrutural é sua manifestação mais virulenta. (ANTUNES, 2008, p. 7).

Ou seja, novas formas de contratações surgem como uma alternativa, não para a classe trabalhadora, mas para o capital:

Com a retração do binômio taylorismo/fordismo, vem ocorrendo uma redução do proletariado industrial, fabril, tradicional, manual, estável e especializado, herdeiro da era da indústria verticalizada do tipo taylorista e fordista. Esse proletariado vem diminuindo com a reestruturação produtiva do capital, dando lugar a formas mais desregulamentadas de trabalho, reduzindo fortemente o conjunto de trabalhadores estáveis estruturados por meio de empregos formais.

Com o desenvolvimento do *lean production* e das formas de horizontalização do capital produtivo, bem como das modalidades de flexibilização e desconcentração do espaço físico produtivo, da introdução da máquina informatizada, como a "telemática" (que permite relações diretas entre empresas muito distantes), tem sido possível constatar uma redução desse proletariado.

Há, entretanto, contrariamente à tendência acima apontada, outra muito significativa e que se caracteriza pelo aumento do novo proletariado fabril e de

serviços, em escala mundial, presente nas diversas modalidades de trabalho precarizado. São os terceirizados, subcontratados, *part-time*, entre tantas outras formas assemelhadas, que se expandem em escala global. (ANTUNES, 2005, p. 76/77)

E este tipo de emprego não poupa nenhuma categoria do proletariado:

A classe trabalhadora, hoje, também incorpora o proletariado rural - que vende sua força de trabalho para o capital -, de que são exemplos os assalariados das regiões agro-industriais, e incorpora também o proletariado precarizado, o proletariado moderno, fabril e de serviços, *part-time*, que se caracteriza pelo vínculo de trabalho temporário, pelo trabalho precarizado, em expansão na totalidade do mundo produtivo. Inclui, ainda, em nosso entendimento, a totalidade dos trabalhadores desempregados. (ANTUNES, 2005, p. 82)

Pois bem, mas se o trabalhador estável, herança da era verticalizada do tipo industrial taylorista e fordista está em fase de diminuição, quais são os contornos assumidos por esse "novo tipo de trabalho" presentes no século XX? Segundo Antunes (2005):

Ele deve ser mais "polivalente", "multifuncional", diverso do trabalhador que se desenvolveu na empresa taylorista e fordista. O trabalho que cada vez mais as empresas buscam não é mais aquele fundamentado na especialização taylorista e fordista, mais o que se gestou na fase da "desespecialização multifuncional", do "trabalho multifuncional", que em verdade expressa a enorme intensificação do ritmo, tempos e processos de trabalho. E isso ocorre tanto no mundo industrial como nos serviços, para não falar do agronegócio. (ANTUNES, 2005, p. 16)
Há uma tendência, que se caracteriza pelo aumento do novo proletariado fabril e de serviços, em escala mundial, presente nas diversas modalidades de *trabalho precarizado*. São os terceirizados, subcontratados, *part-time*, entre tantas outras formas assemelhadas, que se expandem em escala global. (ANTUNES, 2005, p. 18)

E ainda atinge de forma generalizada todos os setores:

Os serviços públicos, como saúde, energia, educação, telecomunicações, previdência etc. também sofreram, como não poderia deixar de ser, significativo processo de reestruturação, subordinando-se à máxima *mercadorização*, que vem afetando fortemente os trabalhadores do setor estatal e público.
O resultado parece evidente: intensificam-se as formas de extração do trabalho, ampliam-se as terceirizações, a noção de tempo e de espaço também são metamorfoseadas e tudo isso muda muito o modo capital de produzir as mercadorias, sejam elas materiais ou imateriais, corpóreas ou simbólicas. (ANTUNES, 2005, p. 17)

Nesse sentido, o termo *precarização estrutural do trabalho* defendido pelo autor faz uma analogia ao próprio *desemprego estrutural* formalizado com as transformações advindas da diminuição das vinculações típicas do taylorismo e do fordismo. Trata-se, entretanto, de somar a este desemprego, uma estruturação diversificada dos empregos “sobrantes”, até então desconhecidos no capitalismo. Ou seja, aumenta-se o nível de desemprego e ao mesmo tempo agrega-se aos empregos que restam características flexíveis, de instabilidade e desproteção. Segundo o autor relações típicas do final do século XX e preponderante até os dias atuais:

O trabalho estável torna-se, então, (quase) virtual. Estamos vivenciando, portanto, a erosão do trabalho contratado e regulamentado, dominante no século XX, e vendo sua substituição pelas diversas formas de "empreendedorismo", "cooperativismo", "trabalho voluntário", "trabalho atípico". É nesse quadro, caracterizado por um *processo de precarização estrutural do trabalho*, que os capitais globais estão exigindo também o desmonte da legislação social protetora do trabalho. E flexibilizar a legislação social do trabalho significa, não é possível ter nenhuma ilusão sobre isso, aumentar ainda mais os mecanismos de extração do sobretrabalho, ampliar as formas de precarização e destruição dos direitos sociais que foram arduamente conquistados pela classe trabalhadora, desde o início da Revolução Industrial, na Inglaterra, e especialmente pós 1930, quando se torna o exemplo brasileiro. (ANTUNES, 2007, p. 17)

E acrescenta alguns dados pertinentes à discussão:

Hoje, segundo dados da Organização Internacional do Trabalho (OIT), quase um terço da força humana mundial disponível para o ato laborativo está exercendo trabalhos parciais, precários, temporários ou já vivencia as agruras do não-trabalho, do desemprego estrutural. Perambulam pelo mundo, como prometeus modernos, à cata de algo para sobreviver.

Mais de um bilhão de homens e mulheres padecem as vicissitudes da precarização do trabalho, dos quais centenas de milhões têm seu cotidiano moldado pelo desemprego estrutural. Nos países do Norte, que um dia chamamos de Primeiro Mundo, ainda se preservam alguns resquícios da seguridade social, herança da fase (quase terminal) do *Welfare Estate*. Nos países do Sul, que nunca conheceram o Estado de bem-estar social, os homens e mulheres disponíveis para o trabalho oscilam entre a busca quase inglória do emprego ou aceite de qualquer labor. (ANTUNES, 1997, p. 13)

Caracteriza-se, dessa forma, que o autor também compactua a ideia de que o momento histórico atual é marcado por novidades e peculiaridades quanto a estruturação do trabalho. A precariedade, portanto, está inserida, segundo o mesmo, tanto no crescimento do desemprego e ampliação do exército industrial de reserva quanto nas particularidades dos empregos disponíveis no mercado de trabalho, marcados pela instabilidade e efemeridade.

Para Alves (2010) o ponto crucial da precarização do trabalho é a preponderância de que o marco histórico recente trouxe para estruturação da classe trabalhadora *novos* desafios e conseqüências:

É a partir da mundialização do capital que se desenvolve um complexo de reestruturação produtiva, com impactos estruturais no mundo do trabalho. Ele surge como ofensiva do capital na produção, tendo em vista que debilita a classe, não apenas no aspecto objetivo, com a constituição de um novo (e precário) mundo do trabalho, mas principalmente no subjetivo. É por isso que, na perspectiva histórico-ontológica, o novo complexo de reestruturação produtiva não possui caráter "neutro" na perspectiva da luta de classes. Ele apenas expressa, na medida em que se desenvolvem as alterações do processo de trabalho, algo que é intrínseco à lei da acumulação capitalista: a precarização da classe dos trabalhadores assalariados que atinge não apenas, no sentido objetivo, a sua condição de emprego e salário mas, no sentido subjetivo, a sua consciência de classe. (ALVES, 2010, p.9)

Nesse sentido, o surgimento do que o autor acredita como um *novo e precário mundo do trabalho* está vinculado ao momento histórico da reestruturação produtiva:

Procuramos vincular o surgimento de um novo (e precário) mundo do trabalho ao "momento predominante" do novo complexo de reestruturação produtiva: o toyotismo. Ao utilizarmos a expressão "novo complexo de reestruturação produtiva", não procuramos reduzi-lo apenas à sua dimensão tecnológica, mas dar ênfase à dimensão da organização da produção (e do trabalho) capitalista. (ALVES, 2010, p.12)

[...] É a partir dele (toyotismo) que compreenderemos o surgimento de um novo (e precário) mundo do trabalho, da fragmentação de classe, e, por conseguinte, a crise do sindicalismo moderno (principalmente em sua dimensão político-ideológica). (ALVES, 2010, p.26)

Para ele a década de 80 foi marcante para debilitar o mundo do trabalho:

Mas foi a partir dos anos 80, a "década neoliberal", que se tornou clara a situação de debilitação do mundo do trabalho. O resultado histórico da acumulação flexível sobre o mercado de trabalho é deveras impressionante: instaurou-se um novo patamar de desemprego estrutural e proliferação do trabalho precário nos principais países capitalistas. Hoje, nos anos 90, um espectro ronda o capitalismo mundial - o espectro das novas formas de exclusão social - e surgem novas clivagens de desigualdades, uma nova pobreza no interior do centro capitalista. (ALVES, 2010, p. 18-19)

Percebe-se, a partir de então, que o autor procura enfatizar o caráter do *novo*, das *novas* conseqüências para os trabalhadores e dos *novos* modos de estruturação do capital, como verificaremos nos trechos a seguir:

O complexo de reestruturação produtiva sob a mundialização do capital, cujo "momento predominante" é o toyotismo, tende a impulsionar, em sua dimensão objetiva, as metamorfoses dos trabalho industrial e a fragmentação de classe (cujos principais exemplos são a proliferação da subproletarização tardia e do desemprego estrutural). Surge um novo (e precário) mundo do trabalho. São novas (e crucias) provocações do capital para o mundo do trabalho organizado. (ALVES, 2010, p.65, *grifos nossos*)

As novas indústrias que se desenvolveram nos países capitalistas centrais tendem a possuir um novo perfil produtivo e tecnológico, com uma nova classe operária industrial, reduzida e desconcentrada, em que se verifica, de modo claro, a interpenetração entre o "material" e o "informático", na qual o operário industrial central tende a ser mais qualificado e polivalente. No bojo da nova classe operária industrial se desenvolve um operário industrial periférico, um subproletariado tardio, de estatuto salarial precário. (ALVES, 2010, p.69, *grifos nossos*)

A situação de crise do mundo do trabalho - a constituição de um novo (e precário) mundo do trabalho - contribuiu para a debilitação do movimento operário e para a crise do sindicalismo nos principais países capitalistas. (ALVES, 2010, p.19, *grifos nossos*)

[...] o surgimento de uma nova classe operária, de elevado nível educacional e de alta qualificação e, concomitantemente, a fragmentação de classe em seus aspectos estruturais, vinculada à organização do complexo de produção de mercadorias. (ALVES, 2010, p.66, *grifos nossos*)

[...] Contingentes de novos excluídos sociais - desempregados estruturais ou subproletários tardios - tornaram-se patentes entre jovens. É este novo (e precário) mundo do trabalho, que provoca - e exige - novas estratégias sindicais,

políticas e organizacionais de sindicatos e partidos operários, sob pena de levá-los à ruína. (ALVES, 2010, p. 66, *grifos nossos*)

Evidentemente que dentro do contexto enfatizado pelo autor, são trabalhadas duas outras características importantes de serem mencionadas, sendo elas: as metamorfoses que ocorreram dentro da organização da classe trabalhadora e a vinculação entre a precariedade e a flexibilização.

Seguindo a ideia de Alves (2010), a classe trabalhadora, a partir da década de 80, passou a não ter mais como seu núcleo central as indústrias e as fábricas:

O complexo de reestruturação produtiva impulsionou a diminuição relativa da classe operária industrial, instalada no núcleo central do complexo produtor de mercadorias. À medida que ela diminuiu, incorporou novas qualificações, integrando-se mais, sob a lógica do toyotismo, à organização da produção capitalista (o que contrasta com sua propagação precárias pelas bordas do complexo produtor de mercadorias). (ALVES, 2010, p.66)

Dessa forma, ocorre um desenvolvimento da economia do trabalho vivo:

[...] Em termos relativos, desenvolve-se a economia do trabalho vivo, por meio do desenvolvimento crescente da produtividade (e da intensificação) do trabalho, que tende a "enxugar", cada vez mais, a participação dos operários industriais no núcleo do complexo de produção de mercadorias. Desse modo, surge um novo proletariado industrial, complexo e heterogêneo, cuja redução numérica em seu centro produtivo tende a ocultar sua expansão periférica, interpenetrada por unidade de subcontratação industrial e de "serviços" (vale dizer um neoproletariado "pós-moderno" com estatutos sociais precários). (ALVES, 2010, p.67)

A partir de então, inicia-se uma metamorfose do núcleo de concentração da classe operária. Na verdade, nesse contexto histórico, a classe trabalhadora passa a fragmentar-se e complexificar-se, com postos de trabalho diversos e *novos*:

A partir daí, ocorre uma cisão na estrutura da classe operária, entre seu núcleo produtivo, constituído pelos operários "polivalentes", com capacidade de

autonomia, de iniciativa e de renovação contínua de seus conhecimentos, e os demais operários industriais, o subproletariado tardio, que são incorporados à periferia da produção, em sua maioria com empregos precários, temporários e com níveis de salários inferiores. Temos, portanto, a tendência de constituição de um mercado de trabalho "dual", adequado à lógica do toyotismo. (ALVES, 2010, p.70)

Com a redução da classe operária tradicional, amplia-se para o autor o subproletário tardio, com vinculações contratuais diferenciadas, com feição do trabalhador precarizado:

Se, sob a mundialização do capital ocorre o crescimento da classe dos trabalhadores assalariados, com a particularidade da redução e metamorfose da classe operária tradicional, do crescimento dos assalariados dos "serviços" e da proliferação do trabalho assalariado "precário" ou do suproletariado tardio, também instaura-se, como um componente contraditório do desenvolvimento capitalista, o crescimento do desemprego estrutural, com a constituição de um novo patamar de exclusão social nos principais países capitalistas. (ALVES, 2010, p. 75)

A subproletarização tardia é a nova precariedade do trabalho assalariado sob a mundialização do capital. Ela surge não apenas em setores tradicionais (e desprotegidos) da indústria (dos serviços), mas, sobretudo, em setores modernos da produção capitalista. Esta é a sua particularidade histórica: ela é decorrente da cisão da classe no interior de seu pólo mais desenvolvido e organizado. Desse modo, o que denominamos subproletarização tardia é constituída pelos trabalhadores assalariados em tempo parcial, temporários ou subcontratados, seja na indústria, seja nos serviços interiores (ou exteriores) à produção do capital. Nesse caso, tende a predominar o que alguns sociólogos e economistas denominam "informalização" nas relações de trabalho (um eufemismo para a nova precariedade do trabalho assalariado). (ALVES, 2010, p.77-78)

Por derradeiro, é imprescindível mencionar que o objetivo do estudioso ora em comento é construir as conseqüências dessa nova forma de estruturação do capital para os trabalhadores, no seu sentido organizativo e sindical. Dessa forma, ao analisar a flexibilidade, Alves (2010) a encara não só como uma alternativa econômica, mas também dotada de um posicionamento político. Esta flexibilidade, como verificaremos nas falas a seguir, se encontra preponderantemente interligada com a nova precariedade do trabalho:

A nova precariedade do trabalho assalariado - a subproletarização tardia - é adequada à lógica da acumulação flexível. É um componente estrutural de um novo complexo do trabalho que se instaura no bojo do mundo moderno do trabalho. Este - o mundo "moderno" do trabalho - é caracterizado por um "centro" produtivo, constituído pelos assalariados em tempo integral, com vínculos permanentes e essenciais para a continuidade, a longo prazo, da organização capitalista. (ALVES, 2010, p.78)

Na verdade, o desenvolvimento do trabalho assalariado é a própria fenomenologia de sua peculiaridade ontológica: ser "flexível" às necessidades imperativas do capital em processo. É por isso que o complexo de reestruturação produtiva apenas expõe, de certo modo, o em-si "flexível" do estatuto ontológico-social do trabalho assalariado: por um lado, a sua precarização "e desqualificação" contínua "e incessante", e, por outro, as novas especializações (e qualificações) de segmentos da classe dos trabalhadores assalariados. (ALVES, 2010, p.23)

[...] A flexibilidade torna-se, no sentido geral, um atributo da própria organização social da produção. Ela surge como uma abstração geral, posta pelo "sujeito" capital em diversos níveis do complexo de produção de mercadorias, assumindo, assim, uma série de particularizações concretas, com múltiplas (e ricas) determinações. (ALVES, 2010, p. 24)

[...] É a flexibilidade do trabalho, compreendida como a plena capacidade de o capital tornar domável, complacente e submissa a força de trabalho, que irá caracterizar, como veremos, o "momento predominante" do complexo de reestruturação produtiva. Por isso que o debate sobre a flexibilidade é vinculado às características atribuídas ao chamado "modelo japonês" ou, mais precisamente, ao modo "toyotista" de organização e gestão da produção. (ALVES, 2010, p.25)

Que a categoria de flexibilidade tenha um potencial ideológico "e político", ou que seja algo típico da produção capitalista, ninguém nega (uma leitura atenta de *O Capital* o comprova). Mas o que procuramos evidenciar é que a nova manifestação da categoria de flexibilidade, pela sua velocidade, intensidade, e principalmente amplitude é uma realidade histórica (e política) de novo tipo, "uma descontinuidade no interior de uma continuidade plena". (ALVES, 2010, p.25-26)

Assinala-se neste autor que o marco histórico da reestruturação produtiva é ponto de partida para a precarização do trabalho. Com as transformações advindas nas próprias metamorfoses intrínsecas a organização dos trabalhadores, que não mais se concentravam dentro do pólo industrial, houve, quase que automaticamente, **novas** alternativas do capital para contratação da força de trabalho, vinculadas com a flexibilidade, temporalidade e instabilidade. Houve por isso um crescimento da

heterogeneidade nas formas contratuais, com a saída do foco empregatício na área industrial, acarretando uma efetivação do subproletariado tardio.

Reparamos ainda que o autor diverge de Thébaud-Mony e Druck quando o assunto é precariedade/precarização. Para ele a precarização do trabalho está inserida na precariedade, já que esta é ontológica a estruturação do capital. Completa o autor que “ao dizermos *precariedade*, tratamos de uma condição sócio-estrutural que caracteriza o trabalho vivo e a força de trabalho como mercadoria, atingindo aqueles que são despossuídos do controle dos meios de produção das condições objetivas e subjetivas da vida social” (ALVES, 2007, p. 113).

Assim, para o autor, “o conceito de *precarização* diz respeito a um modo de reposição sócio-histórica da *precariedade*. Se a precariedade é uma *condição*, a precarização é um *processo* que possui uma irremediável dimensão histórica determinada pela luta de classes e pela correlação de forças políticas entre o capital e trabalho” (ALVES, 2007, p. 114).

3.1 À GUIA DE COMPLEMENTAÇÃO DO DEBATE

Como dito anteriormente, embora os quatro autores acima sejam a referência para os autores brasileiros contemporâneos quando o assunto é a precarização do trabalho, existiram outros artigos que complementaram a discussão e acrescentaram elementos pertinentes para a estruturação completa da terminologia.

Saito (2009), por exemplo, acrescenta a ideia de que a precariedade está fortemente vinculada a complexificação dos tipos de contratos trabalhistas e a desregulamentação destes, ilustrando ainda que essa realidade tem sido vivenciada por grande parte das gerações, não poupando, inclusive, a juventude:

Os jovens que se encontram em empregos atípicos e que mudam de ocupação correntemente são chamados de *freeter*. Com relação a esse contingente, tomou vultoso um discurso que tendia a culpabilizar os próprios jovens, que se encontraria na condição de *freeters* devido a sua pouca vontade de trabalhar. A baixa fixação no emprego tornava-se, assim, elemento de crítica aos próprios jovens. A política de emprego do governo japonês para esse segmento da população vinha dando ênfase à formação profissional, lançando mão de incentivos aos jovens com vistas a inseri-los no mercado de trabalho. Diante dessa política, tem sido expressa, também, a opinião de que o problema dos *freester* se encontra justamente na proliferação dos empregos precários, de modo que a política de emprego deveria concentrar seus esforços na melhoria da qualidade dos postos e das condições de trabalho. Embora posições dessa natureza ainda não sejam majoritárias, trata-se de uma tendência que merece nossa atenção. (SAITO, 2009, p. 86-87)

A autora assimila também a precariedade com o trabalho atípico⁴:

A tendência característica dos anos mais recente é a diminuição acentuada do número de empregados regulares, ao passo que se observa um crescimento, proporcionalmente mais intenso, do contingente de trabalhadores atípicos. (SAITO, 2009, p.82)

Dentre os trabalhadores atípicos, a grande maioria ocupa empregos em tempo parcial (*part time workers*). (SAITO, 2009, p.82)

O aumento do número de trabalhadores que se encontram em situação de emprego precário ou em más condições de trabalho - situações geralmente associadas ao emprego atípico - leva à expansão do contingente de trabalhadores de baixa renda. (SAITO, 2009, p.87)

Por último, Saito (2009) agrega à discussão aqui proposta o questionamento quanto a falta de opção do trabalhador entre aceitar ou não um emprego atípico, ao dizer que "mais vale ter um emprego atípico do que estar desempregado".

4

O emprego atípico, resumidamente, trata-se de uma terminologia que evoca as novas formas de contratação, advindas com o período da acumulação flexível. Assemelha-se ao que os autores mencionados têm chamado de precariedade, por fazer menção a efemeridade e instabilidade dos contratos. Empregos atípicos porque alude a novidade, como se a história capitalista ainda não conhecesse esse tipo de firmação contratual entre o capitalista e o trabalhador. Trata-se, segundo Antunes (2006), de uma "contraposição às formas de trabalho regulamentadas e relativamente estáveis, vigentes durante o período de prevalência da indústria fordista."

Outro autor que soma à discussão é Dedecca (2009). Este colocou em pauta a situação brasileira, quando faz uma retrospectiva histórica quanto a flexibilidade das relações laborais e contratuais em nível de Brasil:

A construção do mercado brasileiro de trabalho foi marcada por um modelo de regulação que garantiu a elevada flexibilidade das relações e do contrato de trabalho. Isso se traduziu em formas de subordinação do trabalho ao capital que se expressaram em uma acentuada desigualdade social. O modelo de regulação proveniente da Consolidação das Leis de Trabalho e as mudanças nele introduzidas nos anos 1960 estabeleceram direitos formais ao trabalho, que, entretanto, não se efetivaram em razão da flexibilidade inerente às relações e ao contrato de trabalho. (DEDECCA, 2009, p.140)

Entretanto, nos anos 90, no Brasil:

As inovações adotadas nas relações de trabalho durante os anos 1990, como o banco de horas e a participação nos lucros e resultados, efetuadas em um contexto de elevado desemprego, ampliaram o grau de flexibilidade dos contratos de trabalho, provocando tanto a redução da proteção social quanto a desvalorização dos rendimentos do trabalho. Foram, assim, reiteradas as características da baixa renda e da precarização que historicamente acompanharam o processo de construção do mercado brasileiro de trabalho, colocando em risco o próprio sistema de proteção social existente. (DEDECCA, 2009, p.140)

Dedecca (2009) acredita que a principal conquista das empresas foi a mudança quanto a forma de remuneração dos trabalhadores:

A maior expressão da flexibilidade conquistada pelas empresas manifestou-se através da mudança na forma de remuneração do trabalho. De uma remuneração por produção, que estimulava o aumento da produtividade diária, transita-se para uma remuneração horária ou mensal. Essa forma de remuneração, ao se fundar na estabilidade do salário nominal e em um regime de produtividade crescente, passava a permitir uma desvalorização progressiva do salário real e, portanto, uma distribuição progressivamente desigual do excedente em favor do capital. O salário horário ou mensal expressava uma situação de rigidez da remuneração, do ponto de vista do trabalhador, e estabelecia um regime flexível, do ponto de vista das empresas. (DEDECCA, 2009, p.126)

A última autora da qual voltaremos a citar, devido a acrescentar de forma diferenciada ao debate em outra construção textual é Druck (2012). A mesma, em sua apreciação,

propõe a construção de indicadores de acordo com as feições assumidas pela *precarização social do trabalho*, composta de seis tipologias:

- *O primeiro tipo da precarização do trabalho: vulnerabilidade das formas de inserção e desigualdades sociais* - formas de mercantilização da força de trabalho que produziram um mercado de trabalho heterogêneo, segmentado, marcado por uma vulnerabilidade estrutural e com formas de inserção (contratos) precários, sem proteção social, cujas formas de ocupação e o desemprego ainda revelam, em 2009, um alto grau de precarização social.

- *Segundo tipo de precarização: intensificação do trabalho e terceirização* - é encontrado nos padrões de gestão e organização do trabalho – o que tem levado a condições extremamente precárias, através da intensificação do trabalho (imposição de metas inalcançáveis, extensão da jornada de trabalho, polivalência, etc.) sustentada na gestão pelo medo, na discriminação criada pela terceirização, que tem se propagado de forma epidêmica, e nas formas de abuso de poder, através do assédio moral, que tem sido amplamente denunciado e objeto de processos na Justiça do Trabalho e no Ministério Público do Trabalho.

- *Terceiro tipo de precarização social: insegurança e saúde no trabalho* - refere-se às condições de (in) segurança e saúde no trabalho – resultado dos padrões de gestão, que desrespeitam o necessário treinamento, as informações sobre riscos, as medidas preventivas coletivas, etc., na busca de maior produtividade a qualquer custo, inclusive de vidas humanas. Um importante indicador dessa precarização é a evolução do número de acidentes de trabalho no país, mesmo que reconhecidamente sejam estatísticas sub-registradas.

- *Quarto tipo de precarização social: perda das identidades individual e coletiva* - tem suas raízes na condição de desempregado e na ameaça permanente da perda do emprego, que tem se constituído numa eficiente estratégia de dominação no âmbito do trabalho. O isolamento e a perda de enraizamento, de vínculos, de inserção, de uma perspectiva de identidade coletiva, resultantes da descartabilidade, da desvalorização e da exclusão, são condições que afetam decisivamente a solidariedade de classe, solapando-a pela brutal concorrência que se desencadeia entre os próprios trabalhadores (Druck; Oliveira; Silva, 2010 apud Druck, 2012).

- *Quinto tipo de precarização do trabalho: fragilização da organização dos trabalhadores* - pode ser identificado nas dificuldades da organização sindical e das formas de luta e representação dos trabalhadores, decorrentes da violenta concorrência entre eles próprios, da sua heterogeneidade e divisão, implicando uma pulverização dos sindicatos, criada, principalmente, pela terceirização. Dados sobre número de greves, sindicatos, sindicalização, acordos, etc. são importantes, mas não explicam tudo.

- *Um sexto tipo de precarização social do trabalho: a condenação e o descarte do Direito do Trabalho* - a fetichização do mercado tem orquestrado e decretado uma "crise do Direito do Trabalho", questionando a sua tradição e existência, o que se expressa no ataque às formas de regulamentação do Estado, cujas leis trabalhistas e sociais têm sido violentamente condenadas pelos "princípios" liberais de defesa da flexibilização, como processo inexorável trazido pela modernidade dos tempos de globalização (DRUCK, 2012, p.13-20).

Para fazer uma retrospectiva atentemos que os autores em questão assimilam a precarização do trabalho ora como instabilidade e insegurança, ora como fundante de um momento histórico recente. A ideia do termo em cheque aparece, portanto, familiarizado com a flexibilização, já que indica, de certa forma, fragilidade. No entanto, há de se clarificar que a ideia central não é desconstruir o termo precarização do trabalho e nem dar a entender que o emprego deste termo é inútil e desnecessário, mas sim contribuir com o debate a ponto de alargarmos esse conceito.

É evidente que a transição do fordismo para a acumulação flexível trouxe consequências organizativas no interior da classe operária, alterando principalmente a forma de vinculação do proletariado com seu posto de trabalho. Quando Antunes defende a precarização estrutural do trabalho e a contextualiza dentro do quadro de desemprego estrutural, o faz com a clareza de que houveram modificações significativas na maneira organizativa da sociedade, tais como a atuação do Estado, o enfraquecimento da legislação e regulação que garantiam benefícios a classe trabalhadora. É possível verificar que houve sim uma modificação no modo de acumulação e produção da mais-valia, mas não podemos assimilar que a precarização do trabalho é partícipe somente deste novo modelo.

Quanto a construção de indicadores, considera-se de suma criatividade enquadrar e até mesmo construir índices para se enumerar os níveis de precarização do trabalho. No entanto, devemos ponderar sempre sobre não incorrer no risco de qualificar indicativos sem problematizarmos com clareza sobre o fenômeno, do que realmente que traz tantos rebatimentos para a classe trabalhadora dessa maneira.

Insta frisar na finalização deste capítulo a pretensão de se acrescentar elementos sobre a atual discussão do termo precarização do trabalho. Se procurarmos o significado literal da palavra *precário* no dicionário, verificaremos o seguinte sentido: “Que tem pouca estabilidade ou duração; incerto, provisório. 2. Frágil, débil. 3. Escasso, insuficiente” (LAROUSSE, 1992, p.893). Se levarmos esse conceito, portanto, a sua

literalidade e diante de todos os fatores levantados nesse capítulo, podemos afirmar com clareza que a precarização do trabalho é *característica própria vivenciada pela classe trabalhadora*.

Um fator, portanto, que deve ficar claro é o fato de que, a medida que assimilamos a utilização do termo precarização do trabalho, com as diferentes formas contratuais assumidas nos contornos dos postos de trabalho disponíveis no mercado, posicionamos a precariedade somente para aqueles trabalhadores inseridos, quando quem não está participa de um processo de precariedade tão próprio como aquele.

Dessa forma, o posicionamento aqui proposto é a intenção e pretensão de demonstrar que a precariedade do trabalho se traduz como uma característica presente dentro do capitalismo. Independente de qualquer momento histórico esse modo de produção sempre ensinou maneiras diversificadas de atingir a classe trabalhadora em prol de uma única classe. Por isso, no intuito de acrescentar elementos que nos façam refletir esse sistema no qual estamos inseridos e também de tentarmos posicionar, ainda mais, a utilização desse termo no debate contemporâneo, faremos a seguir um levante sobre o significado conceitual da flexibilização e intensificação do trabalho, com o fito de categorizar a utilização da terminologia em estudo.

4 PRECARIZAÇÃO DO TRABALHO: A PECULIARIDADE DE UM TERMO.

Para iniciarmos e de certa forma continuar a discussão que dará forma ao terceiro e último capítulo dessa dissertação foi necessário elencarmos e discorrermos tanto sobre a intensificação do trabalho, quanto sobre a flexibilização do trabalho. Essa opção foi feita devido a termos evidenciado, conforme vimos no segundo capítulo assimilações com essas categorias. Em primeiro lugar, sempre é importante lembrar que “o valor da força de trabalho compreende o valor das mercadorias necessárias para reproduzir o trabalhador, ou seja, para perpetuar a classe trabalhadora” (MARX, 2012, p. 307). Dessa forma, o trabalhador aufere como resultado de sua labuta somente o necessário para se reproduzir, para estar de prontidão no dia seguinte até o momento em que o capital dele precisar.

Aqui, acrescentamos ainda, que embora Marx (2012) tenha pontuado sobre a reprodução do trabalhador diante do que este recebe em troca da venda de sua força de trabalho, para Marini (2005) até mesmo essa reprodução é prejudicada a medida que o que se recebe é insuficiente para essa própria reprodução do trabalhador. Segundo a visão do autor, a força de trabalho passa, por isso, por uma superexploração.

Assim, para Marini (2005) existem três métodos para extração de trabalho excedente, quais sejam: a intensificação do trabalho, a prolongação da jornada de trabalho e a

expropriação de parte do trabalho necessário ao operário para repor sua força de trabalho. Vejamos que para este autor, esses mecanismos estão fundamentados exclusivamente na maior exploração do trabalhador, conforme podemos verificar no trecho abaixo:

Entende-se que, nessas circunstâncias, a atividade produtiva baseia-se sobretudo no uso extensivo e intensivo da força de trabalho: isso permite baixar a composição-valor do capital, o que, aliado à intensificação do grau de exploração do trabalho, faz com que se elevem simultaneamente as taxas de mais-valia e de lucro. (MARINI, 2005, p. 22)

Importante salientar que nesses três mecanismos utilizados pelo capital, o trabalhador se vê imerso em uma limitação de reprodução da sua própria força de trabalho, causando o que Marini (2005) conceitua de superexploração do trabalho. Trata-se da estratégia do capital em utilizar a força de trabalho a um extremo que não garante ao trabalhador nem mesmo o mínimo necessário para sua reprodução. Ele explica que nos dois primeiros casos - a intensificação do trabalho e a prolongação da jornada de trabalho - lhe é obrigado um dispêndio de força de trabalho superior ao que deveria proporcionar normalmente, provocando assim seu esgotamento prematuro e, no último - a expropriação de parte do trabalho necessário ao operário para repor sua força de trabalho - porque lhe é retirada inclusive a possibilidade de consumo do estritamente indispensável para conservar sua força de trabalho em estado normal (MARINI, 2005, p.22).

Essa menção, se olharmos faticamente, é brutalmente assustadora. É como se a relação de dependência assumida no enlace burguesia-proletariado rebatesse em suas consequências negativas unicamente sobre as costas de uma classe, a classe trabalhadora. Conforme nos ensina Marx (2012, p. 306):

O dia de trabalho compreende todas as 24 horas, descontadas as poucas horas de pausa sem as quais a força de trabalho fica absolutamente impossibilitada de realizar novamente sua tarefa. Fica desde logo claro que o trabalhador, durante toda a sua existência, nada mais é do que força de trabalho, que todo o seu tempo disponível é, por natureza e por lei, tempo de trabalho, a ser empregado no próprio aumento do capital. Não tem qualquer sentido o tempo para a educação, para o desenvolvimento intelectual, para preencher funções sociais,

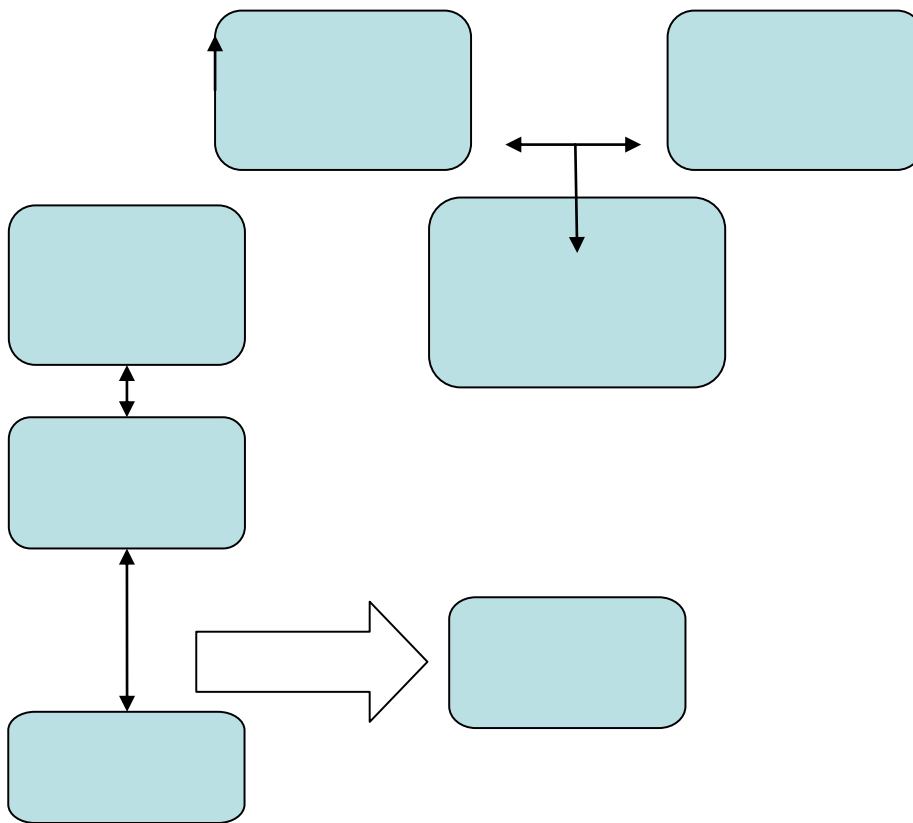
para o convívio social, para o livre exercício das forças físicas e espirituais, para o descanso dominical, mesmo no país dos santificadores do domingo. Mas, em seu impulso cego, desmedido, em sua voracidade por trabalho excedente, viola o capital os limites extremos, físicos e morais, da jornada de trabalho. Usurpa o tempo que deve percorrer ao crescimento, ao desenvolvimento e à saúde do corpo. Rouba o tempo necessário para se respirar ar puro e absorver a luz do sol. (MARX, 2012, P. 306)

As alternativas, portanto, enfrentadas pela classe trabalhadora em sua luta cotidiana dentro da história capitalista envolve diretamente o estabelecimento de uma jornada de trabalho. Afinal, além da necessidade do capitalista em explorar de forma enérgica a força de trabalho, esta possui limitações físicas e morais, como já mencionado anteriormente. No entanto, nessa entrelinha que envolve simultaneamente jornada de trabalho, relação capital x trabalho e superpopulação relativa há, sempre há, alternativas fundadas pela burguesia que afeta diretamente a classe trabalhadora, e essas podem ser traduzidas como, por exemplo, em intensificação e flexibilização do trabalho, análogo ao organograma a seguir.

Figura 1: A crise e os rebatimentos para a classe trabalhadora⁵

5

O Brasil consegue garantir uma ilustração bastante audaciosa sobre o que tratamos nessa figura. No período histórico conhecido entre 1968 e 1974, presenciamos em terras brasileiras o conhecido “milagre econômico”. Na verdade, a palavra milagre, foi sobrenatural para garantir às empresas monopolistas lucros faraônicos (MENDONÇA, 1986). Mendonça (1986, p.92) discorre sobre esse ciclo do capital de produzir milagres e em seguida crises. Ocorre que para ela “as vias típicas de superação das crises capitalistas são a intensificação da exploração do trabalho e a própria concentração de empresas e capital”. Além disso, desenvolve sobre a funcionalidade do Estado para superação da crise, que vão desde a ser “o maior tomador de empréstimo para dar a apoio à propriedade privada” a abertura de créditos. Em toda essa movimentação é possível constatar que não houve qualquer dispêndio de energia que garantisse ao trabalhador a possibilidade de se tornar independente e manter sua estabilidade.



Fonte: Elaboração própria

Percebemos então, através da figura acima, que as estratégias do capital em reinventar a produção, em seus ciclos de crise, trazem rebatimentos significativos para a classe trabalhadora, a medida que as consequências dessa crise são sentidas por esta classe. Há ainda que se acrescentar, portanto, que a maneira como o modo de produção capitalista se organiza não garante estabilidade, linearidade quanto a não produção de uma crise, por isso, esse ciclo e as estratégias estabelecidas pelo capital, são como uma garantia constante para a ocorrência da precarização do trabalho.

4.1 BREVE ANÁLISE SOBRE A FLEXIBILIZAÇÃO DO TRABALHO

Segundo Marx (2012, p. 311) “a experiência mostra geralmente ao capitalista que existe uma população excedente em relação às necessidades momentâneas do capital de expandir o valor”. A partir dessa premissa partiremos, primeiramente, para a análise do que vem a ser a flexibilização das relações de trabalho.

Pois bem, por primeiro é importante ponderar que a palavra flexível surgiu logo após um contexto histórico em que a produção era considerada extremamente rígida, com data inicial aproximada a 1914, conhecida como fordismo. Esta forma organizativa precedia de um “maior esforço coletivo até para criar, com velocidade sem precedentes, e com uma consciência de propósito sem igual na história, um novo tipo de trabalhador e um novo tipo de homem” (HARVEY, 2002, p.121). Além do aspecto produtivo em si, o fordismo previa também a necessidade de dar renda e tempo de consumo aos trabalhadores “para que consumissem os produtos produzidos em massa que as corporações estavam por fabricar em quantidades cada vez maiores” (HARVEY, 2002, p.122).

Quanto ao papel do Estado neste contexto, a atuação se baseava na consolidação do regime de produção em evidência. A legitimação de seu poder, de acordo com Harvey (2002, p. 133), “dependia cada vez mais da capacidade de levar os benefícios do fordismo a todos e de encontrar meios de oferecer assistência médica, habitação e serviços educacionais adequados em larga escala, mas de modo humano e atencioso”.

Entretanto, a partir de um dado momento histórico, compreendido entre 1965-1973, a maneira organizativa fordista e a ação estatal baseada no keynesianismo não mais se autossustentaram, conforme análise de Harvey (2002) visualizada na seguinte passagem:

De modo mais geral, o período de 1965 a 1973 tornou cada vez mais evidente a incapacidade do fordismo e do keynesianismo de conter as contradições inerentes ao capitalismo. Na superfície, essas dificuldades podem ser melhor apreendidas por uma palavra: rigidez. Havia problemas com a rigidez dos investimentos de capital fixo de larga escala e de longo prazo em sistemas de produção em massa que impediam muita flexibilidade de planejamento e presumiam crescimento estável em mercados de consumo invariantes. Havia

problemas de rigidez nos mercados, na alocação e nos contratos de trabalho (especialmente no chamado setor “monopolista”). E toda tentativa de superar esses problemas de rigidez encontrava a força aparentemente invencível do poder profundamente entricheirado da classe trabalhadora – o que explica as ondas de greve e os problemas trabalhistas do período 1968-1972. A rigidez dos compromissos do Estado foi se intensificando à medida que programas de assistência (seguridade social, direitos de pensão etc.) aumentavam sob pressão para manter a legitimidade num momento em que a rigidez na produção restringia expansões da base fiscal para gastos públicos. O único instrumento de resposta flexível estava na política monetária, na capacidade de imprimir moeda em qualquer montante que parecesse necessário para manter a economia estável. E, assim, começou a onda inflacionária que acabaria por afundar a expansão do pós-guerra. Por trás de toda a rigidez específica de cada área estava uma configuração indomável e aparentemente fixa de poder político e relações recíprocas que unia o grande trabalho, o grande capital e o grande governo no que parecia cada vez mais uma defesa disfuncional de interesses escusos definidos de maneira tão estreita que solapavam, em vez de garantir, a acumulação do capital. (HARVEY, 2002, p. 135-136)

Nessa dificuldade de manter os padrões produtivos pautados na rigidez, foi que começou o surgimento de um novo padrão de acumulação, conhecido como flexível. A acumulação flexível, como Harvey (2002) denomina:

[...] se apoia na *flexibilidade dos processos de trabalho*, dos mercados de trabalho, dos produtos e padrões de consumo. Caracteriza-se pelo surgimento de setores de produção inteiramente novos, novas maneiras de fornecimento de serviços financeiros, novos mercados e, sobretudo, taxas altamente intensificadas de inovação comercial, tecnológica e organizacional. A acumulação flexível envolve rápidas mudanças dos padrões do desenvolvimento desigual, tanto entre setores como entre regiões geográficas, criando, por exemplo, um vasto movimento no emprego no chamado “setor de serviços” (grifo nosso). (HARVEY, 2002, p. 140)

Vejamos aqui que a flexibilidade dos processos de trabalho foi uma resposta ao modelo de acumulação flexível, consequência estratégica da própria organização cíclica do capital, conforme constamos no gráfico elaborado acima. Portanto, há uma implicação direta no modo organizativo da própria classe trabalhadora, como por exemplo: “níveis relativamente altos de desemprego “estrutural” (em oposição a “friccional”), rápida destruição e reconstrução de habilidades, ganhos modestos (quando há) de salários reais e o retrocesso do poder sindical – uma das colunas políticas do regime fordista”. (HARVEY, 2002, p. 141)

Partindo-se do pressuposto marxista de posicionar a organização material e econômica da sociedade em sua estrutura, que logo se relaciona de forma dialética com os pressupostos ideológicos e institucionais, teremos na acumulação flexível um aspecto efetivamente partícipe da vida do trabalhador: a *insegurança*. É como se a partir do molde estabelecido na produção econômica, o rebatimento da instabilidade e da fluidez também encontrasse terreno na relação de exploração perante a classe trabalhadora. Essa insegurança é manifestada por vias diversas, seja através da vinculação do contrato trabalhista e/ou cortes regulamentares de trabalho, seja através do enfraquecimento organizativo de luta. Essa desorganização, todavia, não rebate simultaneamente para o capital: a medida que se desorganizam/flexibilizam as relações de trabalho, de consumo e de armazenamento o capitalismo se fortalece e se organiza, imperando seus anseios. De acordo com Harvey (2002, p. 150-151), “o mais interessante na atual situação é a maneira como o capitalismo está se tornando cada vez mais organizado *através* da dispersão, da mobilidade geográfica e das respostas flexíveis nos mercados de trabalho, nos processos de trabalho e nos mercados de consumo, tudo isso acompanhado por pesadas doses de inovação tecnológica, de produto e institucional”.

Vasapollo (2006, p.60) acredita ainda que a globalização trouxe significativas mudanças para os trabalhadores, a medida que podem ser “alugados por horas ao dia, por cinco dias da semana ou por poucas horas em dois ou três dias da semana”. Essa nova forma de organização do capital, acredita o autor, é marcada preponderantemente pela precarização, não só do trabalho, mas da totalidade do ser social:

A nova organização capitalista do trabalho é caracterizada cada vez mais pela precariedade, pela flexibilização e desregulamentação, de maneira sem precedentes para os assalariados. É o mal-estar do trabalho, o medo de perder seu próprio posto, de não poder mais ter uma vida social e de viver apenas do trabalho e para o trabalho, com a angústia vinculada à consciência de um avanço tecnológico que não resolve as necessidades sociais. É o processo que precariza a totalidade do viver social (VASAPOLLO, 2006, p.27)

Parece-nos, por via desses exemplos, que o trabalhador se conecta através de linhas (invisíveis) com seus companheiros, familiares e com seu posto de trabalho, e a forma

como essa linha se fortalece, a partir de inúmeros fatores (principalmente de cunho organizativo-material), implica no direcionamento ativo de sua postura com a vida, com o trabalho e com as pessoas. Nesse sentido, há no contexto de acumulação flexível uma forma frágil de conexão com a sociedade ao passo que há uma imposição de novos valores como o individualismo exacerbado e a liberdade acionária da economia em prol do capital.

Além disso, na acumulação flexível há uma “redução do emprego regular em favor do crescente uso do trabalho em tempo parcial, temporário ou subcontratado”. (HARVEY, 2002, p. 143). O próprio uso da ciência sofreu consideráveis modificações já que se focalizou na necessidade de ter “conhecimento da última técnica, do mais novo produto, da mais recente descoberta científica” para “se alcançar uma importante vantagem competitiva” (HARVEY, 2002, p. 151).

Para Vasapollo (2006) há uma diferenciação entre trabalho flexível e o trabalho padrão. Por primeiro, acredita que a flexibilidade está completamente vinculada a liberdade empresarial de agir conforme suas necessidades. Ou seja, o trabalho flexível para o autor compreende a:

- Liberdade da empresa para despedir grande parte de seus empregados, sem penalidades, quando a produção e as vendas diminuem;
- Liberdade da empresa para reduzir ou aumentar o horário de trabalho, repetidamente e sem aviso prévio, quando a produção necessite;
- Faculdade da empresa de pagar salários reais mais baixos do que a paridade de trabalho, seja para solucionar negociações salariais, seja para poder participar de uma concorrência internacional;
- Possibilidade de a empresa subdividir a jornada de trabalho em dia e semana de sua conveniência, mudando os horários e as características (trabalho por turno, por escala, em tempo parcial, horário flexível etc.);
- Liberdade para destinar parte de sua atividade a empresas externas;
- Possibilidade de contratar trabalhadores em regime de trabalho temporário, de fazer contratos por tempo parcial, de um técnico assumir um trabalho por tempo determinado, subcontratado, entre outras figuras emergentes do trabalho atípico, diminuindo o pessoal efetivo a índices inferiores a 20% do total da empresa (VASAPOLLO, 2006, p.45).

Já com relação ao trabalho padrão, existe uma certa previsibilizadade por parte do trabalhador quantos ao seu ofício e funções, assumindo as seguintes características:

- O horário previsto é o de horário integral;
- A assunção para os trabalhadores empregados e o início da atividade autônoma para os trabalhadores independentes têm tempos e lugares determinados;
- Há uma grande diversidade de posição e papel entre quem trabalha como empregado e quem é independente. (VASAPOLLO, 2006, p.34).

Para a classe trabalhadora, portanto, os rebatimentos da acumulação flexível está interligada preponderantemente com a flexibilização das relações laborais, envolvendo a apreensão de múltiplas tarefas, vinculações que refletem insegurança no trabalho e perdas de garantias trabalhistas. Após demarcarmos com clareza que essas consequências são reflexos do modo de acumulação flexível, analisaremos agora do que se trata a intensificação do trabalho.

Primeiramente é importante destacar que a intensificação do trabalho não está deslocada de qualquer momento histórico. Trata-se também de uma estratégia dentro do sistema capitalista a partir da luta firmada pelos trabalhadores em prol da regulamentação da jornada de trabalho. Segundo Dal Rosso (2008, p.43), “o significado da questão da intensidade está no fato de que não se trata de um evento individualizado e sim de uma condição geral do trabalho contemporâneo”.

Teoricamente, se há uma diminuição das horas trabalhadas de dezesseis para oito, haveria uma diminuição da produção e automaticamente dos lucros. Como vimos anteriormente, o prolongamento desmedido do uso da força de trabalho pelo capital possui limitações físicas, sociais e ainda provoca “reações na sociedade, que, ameaçada em suas raízes vitais, estabelece uma jornada normal de trabalho, legalmente limitada” (MARX, 2012, p.467). A consequência dessa limitação implica necessariamente em uma intensificação da produção, ou seja, “a capacidade de operar da força de trabalho está na razão inversa do tempo em que opera. Por isso, dentro de certo limites, o que se perde em duração, ganha-se em eficácia. Através do método de

redistribuição, o capital induz o trabalhador a empregar realmente maior força de trabalho” (MARX, 2012, p. 469), em outras palavras intensificá-lo.

Para Dal Rosso (2008, p. 20), o primeiro fato a ser considerado dentro do estudo da intensidade, se localiza no fato de que, “ela se refere ao grau de dispêndio de energias realizado pelos trabalhadores na atividade concreta”. Ou seja, o foco da análise dentro do estudo da intensificação do trabalho está nos *trabalhadores*. Ensina ainda o autor que a intensificação consiste em “processos de quaisquer naturezas que resultam em um maior dispêndio das capacidades físicas, cognitivas e emotivas do trabalhador com o objetivo de elevar quantitativamente ou melhorar qualitativamente os resultados” (DAL ROSSO, 2008 p. 23).

Portanto, para este autor, há diferença entre produtividade e intensidade e para além deste debate o grau para se medir a intensidade do trabalho pode ser definido, segundo Dal Rosso (2008, p. 24), “pelo próprio trabalhador, tal como acontece no trabalho autônomo, no familiar e no cooperativo, ou por outros sujeitos como no trabalho heterônomo” e este fenômeno se alastra por todas atividades sociais, ilustrada pelo trecho abaixo:

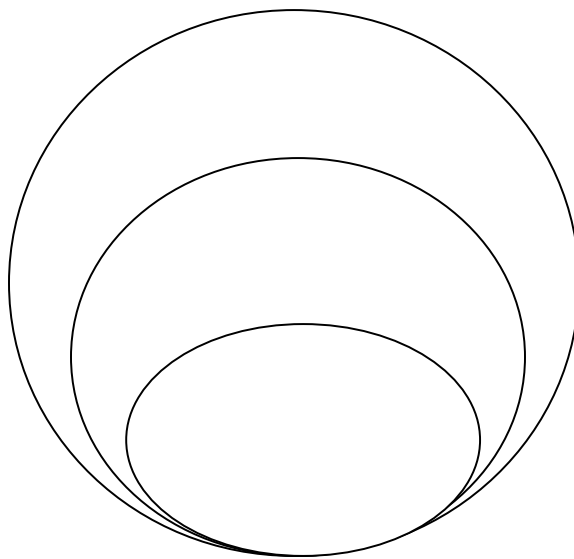
É erro grosseiro supor que intensificação ocorre apenas em atividades industriais. Muito ao contrário. Em todas as atividades que concentram grandes volumes de capital e que desenvolvem uma competição sem limites e fronteiras, tais como nas atividades financeiras e bancárias, telecomunicações, grandes cadeias de abastecimento urbano, nos sistemas de transportes, nos ramos de saúde, educação, cultura, esporte e lazer e em outros serviços imateriais, o trabalho é cada vez mais cobrado por resultados e por maior envolvimento do trabalhador (DAL ROSSO, 2008, p. 31).

Vejamos agora, já que apreendemos, mesmo *en passant*, do que se trata a flexibilização e a intensificação do trabalho, como a utilização do termo precarização tem sido aplicado. Iremos, para isso, retornar aos autores mencionados no capítulo anterior e utilizar figuras explicativas. Pois bem, lembremos que para Antunes (2008) a precarização está voltada para as estratégias de flexibilização; segundo ele “dentre as distintas formas de flexibilização – em verdade precarização – podemos destacar a

salarial, de horário, funcional ou organizativa, dentre outros exemplos” (ANTUNES, 2008, p. 15).

Ainda para o autor, há um marco histórico que impulsiona a caracterização da precarização do trabalho, que é a partir dos inícios dos anos 1970. Para Antunes (2008, p.14), nessa época “o capital implementou um processo de reestruturação em escala global, visando tanto a recuperação do seu padrão de acumulação, quanto procurando repor a hegemonia que vinha perdendo”. Assim, é nesse contexto que “o capital, em escala global, vem redesenhando novas e velhas modalidades de trabalho – o trabalho precário – com o objetivo de recuperar as formas econômicas, políticas e ideológicas da dominação burguesa.” Para garantir uma visualização aprimorada ao leitor da maneira como o termo precarização do trabalho vem sendo utilizado, preparamos três figuras que serão postas abaixo. A figura dois a seguir demonstra a utilização a partir desse critério, da precarização como parte da flexibilização do trabalho, enquanto característico da acumulação flexível.

- Figura dois: Precarização do trabalho enquanto constitutiva do processo de acumulação flexível.

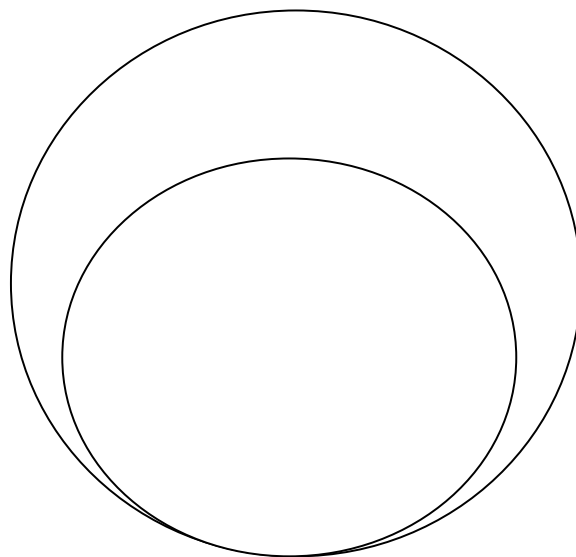


Fonte: Elaboração Própria

Nesta figura podemos visualizar a hipótese do emprego do termo precarização do trabalho enquanto constitutiva do processo de acumulação flexível, onde a alternativa estruturada pelo capital foi intensificar e flexibilizar as relações laborais. Essa figura ilustra que a precarização do trabalho, é por isso, partícipe de um momento histórico específico. Partindo-se do olhar, onde se encontra a precarização na figura, é como se a precarização fosse parte de um momento histórico específico, efetivamente quando da acumulação flexível.

Ao retomarmos ainda a construção textual das autoras Thébaud-Mony e Druck, veremos que há uma assimilação entre flexibilização e precarização do trabalho. Dentro dessa análise os dois conceitos são tratados como sinônimos, conforme podemos verificar na figura abaixo.

- Figura três: Hipótese do emprego do termo precarização do trabalho enquanto sinônimo de intensificação e flexibilização do trabalho.

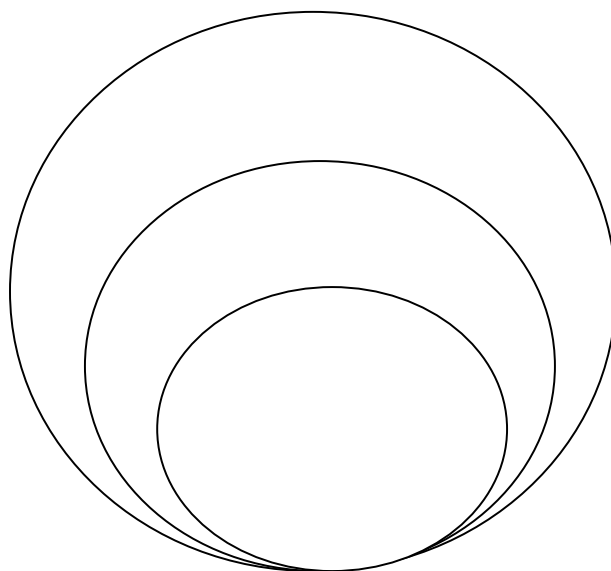


Fonte: Elaboração própria

Nesta figura, se deseja demonstrar uma visualização de uma assimilação conceitual no emprego dos termos. Aproxima-se da figura dois, posto que também manifesta uma metamorfose dentro de um período histórico específico.

Frisemos, portanto, que a hipótese desse trabalho é o alargamento do termo precarização do trabalho, enquanto aplicação do termo, como característica fluida independentemente do momento histórico, conforme podemos ilustrar a seguir.

Figura quatro: Hipótese nossa. Alargamento do termo precarização do trabalho.



Fonte: Elaboração Própria

A utilização dessas figuras permite, então, uma visualização da maneira como o termo vem sendo empregado. No entanto, não é função deste estudo estancar e categorizar exaustivamente a aplicação de uma terminologia. O que é preciso demonstrar é que o uso desmedido da expressão precarização do trabalho sem a devida problematização pode levar a assimilações que não condizem com o contexto crítico. Dessa forma, a intencionalidade, é a de caracterizar a precarização do trabalho como um processo e

uma condição de existência do sistema capitalista, independentemente de um momento histórico específico.

Assim, se a flexibilidade das relações laborais tem origem no modo de acumulação flexível e a intensificação está pautada preponderantemente em se produzir mais no mesmo espaço de tempo, temos que a precarização do trabalho perpassa esses dois processos. Como o termo estudado é utilizado similarmente com incerteza, efemeridade e instabilidade, viemos contrapor que dentro de qualquer contexto histórico há sempre ocorrências dessas características, afinal, é a forma de ser da normalidade sistêmica em sua organização econômica.

O que se pode evidenciar é que não há durabilidade em qualquer condição estável dentro do capitalismo. O que há são momentos históricos que podem acarretar em uma pseudo ideia de constância, quando a única constância que efetivamente há é na presença de uma população supérflua e de uma classe explorada.

Ainda é preciso ter clareza de que a precarização, quando relacionada à inserção do trabalhador no mercado, pode traduzir uma ideia de que somente os trabalhadores incluídos são precarizados e, logo, esquecermos aqueles trabalhadores que fazem parte de um mesmo processo, mas se encontram desempregados.

É claro que também devemos nos ater ao fato de que as diversas formas contratuais utilizadas como estratégia do capital, pressupõe uma característica de um momento histórico recente e por isso, pode-se dizer, ampliou-se a utilização desse termo. No entanto, uma aplicação do termo precarização do trabalho dentro do âmbito da regulamentação trabalhista também pode polarizar o debate entre o aspecto social e legal. A própria discussão sobre o trabalho assalariado e da necessária luta dos trabalhadores pela supressão do mesmo, partem da mesma argumentação de não reconhecimento dos trabalhadores em si, ou seja, daqueles “estáveis” e “instáveis”, quando não há qualquer estabilidade contratual dentro do capitalismo.

A precarização do trabalho é, por isso, própria da classe trabalhadora sendo ao mesmo tempo processo e condição de existência do sistema capitalista. Por isso, à medida que o trabalhador tem sua força de trabalho superexplorada, nem mesmo sua inserção no mercado garante um rompimento com a pobreza.

A resposta do capital diante a ameaças de limitação dos seus lucros, se encontra sumariamente interligada ao fato de recorrer constantemente a exploração do trabalhador, que se submete por suas próprias precisões a condições aviltantes de trabalho. Afinal, para a sociedade é como se o trabalho tivesse se transformado em um “bem precioso e raro”, que quem o tem, precisa valorizá-lo independentemente de quais condições e funcionalidades e, no caso do sistema capitalista de produção, independentemente de qual âmbito o trabalhador esteja inserido. Em qualquer esfera de inserção, os rebatimentos da precarização para a classe trabalhadora não possui “nem hora, nem lugar”, tudo se reflete, se conjuga e adquire a mesma feição de exploração. São as alternativas findadas pelo capital com o objetivo de alcançar seus superlucros. Para tanto, reestruturam a produção e trazem consequências diferenciadas para os trabalhadores. Ora as consequências assumem um caráter de ampliação da jornada de trabalho, intensificação da produtividade e queda dos salários, ora adquirem aspectos de insegurança, flexibilidade e fragilidade no emprego. São as estratégias intrínsecas ao sistema capitalista de produção, de se reestruturar atingindo diretamente a classe dos trabalhadores que, ao serem explorados e posicionados após os interesses econômicos, tornam-se, como que automaticamente, *precarizados*.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com o objetivo de contribuir com o debate acerca da precarização do trabalho, muitas leituras foram realizadas e muitas contribuições acatadas. Não houve aqui quaisquer pretensão de esgotamento do assunto, já que existem autores fortemente gabaritados que discutem esse ponto.

É evidente que este estudo não teve, e nunca terá, o objetivo de desqualificar autores que estudam e pesquisam há tanto tempo esta temática. Entretanto, devemos deixar claro o sentido de alargamento do conceito de precarização do trabalho, uma vez que a classe trabalhadora precisa se apropriar dessa terminologia de forma crítica.

Pois bem, quanto aos objetivos do trabalho, no primeiro capítulo recorremos a história com o fito de identificar se historicamente o modo de produção capitalista, em sua essência, deixou em algum momento de apresentar traços característicos de precariedade. As utilizações de um conto e de duas reportagens ajudaram-nos a apreender que a precarização não tem caráter atual e de novidade. Aqui, podemos destacar que não houve intenção de desqualificar a utilização do termo, muito pelo contrário, é preciso levar aos trabalhadores que o seu trabalho dentro do capitalismo é precário, independentemente do momento histórico que estivermos inseridos.

No segundo capítulo analisamos, através de quatro autores centrais, a utilização do termo precarização do trabalho. Insta frisar que os autores estudados e pesquisados acrescentaram sumariamente a essa pesquisa, quando proporcionaram uma leitura que pudessem levantar questionamentos. Nesse levantamento bibliográfico, pudemos trazer ao debate uma coerência para o que essa pesquisa se propôs a fazer: erguer e fortalecer a ideia de que a precarização do trabalho é processo e condição de existência do sistema capitalista.

No último capítulo, através da leitura de David Harvey e Sadi Dal Rosso, foi possível averiguar a existência ou não de similaridade entre o termo precarização do trabalho com a flexibilidade e intensificação do trabalho. Nessa parte tentamos destacar a peculiaridade deste termo, sem objetivar um conceito, mas trazendo elementos ao debate, através de figuras que exemplificassem e clareassem o leitor sobre o assunto discutido.

Por fim, surgiu no decorrer da elaboração dessa pesquisa um novo questionamento que poderá ser aprofundado em outro momento, qual seja: a que ponto as intervenções do Estado, com suas regulamentações trabalhistas, interferem no nível de precarização do trabalho?

Sabe-se que a própria metodologia assumida não propõe o esgotamento de um tema, por isso a única pretensão desse estudo foi adicionar criticidade dentro de uma terminologia que vem sendo usada sem uma ponderação significativa. A ideia de romper com o marco histórico recente e de novidade na aplicação do termo precarização do trabalho foi o que moveu essa dissertação e o que impulsionará, futuramente, um terreno para uma nova pesquisa.

6 REFERÊNCIAS

ALVES, Giovanni. **O novo (e precário) mundo do trabalho**: Reestruturação produtiva e crise do capitalismo. São Paulo: Boitempo editorial, 2010.

_____. **Dimensões da reestruturação produtiva**: Ensaio de sociologia do trabalho. 2ª Ed. Londrina: Canal, 2007.

ANTUNES, Ricardo. **A Dialética do Trabalho**: Escritos de Marx e Engels. São Paulo: Editora Expressão Popular, 2004.

_____. **O caracol e sua concha**: ensaios sobre a nova morfologia do trabalho. São Paulo: Boitempo, 2005.

_____. Dimensões da precarização estrutural do trabalho. In: DRUCK, G.; FRANCO, T. **A perda da razão social do trabalho**: terceirização e precarização. São Paulo: Boitempo, 2007. p. 13-22.

_____. **A Nova Era da Precarização Estrutural do Trabalho?** In: DAL ROSSO, Sadi; FORTES, José Augusto Abreu Sá (Orgs.). **Condições de Trabalho do Limiar do Século XXI**. Brasília: Época, 2008.

_____. Afinal, quem é a classe trabalhadora hoje? **Revista da RET**. Disponível em <http://www.estudosdotrabalho.org/5RicardoAntunes.pdf>. Acesso em 09 de maio de 2013. Unicamp, 2008.

AMARAL, Michelle. **McDonald's: Maus Tratos e Superexploração**. Disponível em: <http://www.brasildefato.com.br/node/5780>. Acesso em 10 de maio de 2013.

BOURDIEU, P. A precariedade está hoje por toda parte. In: _____. **Contrafogos**. Rio de Janeiro: Ed. Jorge Zahar, 1998, p.119-127.

CARCANHOLO, R.; SABADINI, M. Sobre o capital e a mais-valia. In: CARCANHOLO, Antunes (org.). **Capital: Essência e Aparência**. 1ª Ed. São Paulo: Expressão Popular, 2011. (p. 123-147)

DEDECCA, Claudio Salvadori. Flexibilidade e regulação de um mercado de trabalho precário - a experiência brasileira. In: HIRATA, H; GUIMARÃES, N.A.; SUGITA, K. (Org.) **Trabalho flexível, empregos precários?** São Paulo: EdUSP, 2009.

DAL ROSSO, Sadi. **Mais trabalho!** A intensificação do labor na sociedade contemporânea. São Paulo: Boitempo, 2008.

DRUCK, M. G. Precarização e Informalidade: algumas especificidades do caso brasileiro. In: Roberto Vêras de Oliveira, Darcilene Gomes, Ivan Targino. (Org.). **Marchas e Contramarchas da Informalidade do Trabalho**. João Pessoa: Editora Universitária /UFPB, 2011.

_____. **A precarização social do trabalho no Brasil:** uma proposta de construção de indicadores. Salvador: CRH/UFBA/CNPq. Projeto de Pesquisa Bolsa Produtividade do CNPq, 2007/2010 (mimeo).

_____. Trabalho, precarização e resistências: novos e velhos desafios? **Revista Eletrônica Scielo**. Disponível em: <<http://www.scielo.br/>>. Acesso em: 12 fev. 2012.

ENGELS, Friedrich. **A situação da classe trabalhadora na Inglaterra**. São Paulo: Boitempo, 2010. 388 p.

HARVEY, David. **Condição Pós-Moderna**: uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural. São Paulo: Edições Loyola, 2002.

HOBBSBAWN, Eric J. **A Era das Revoluções**. São Paulo: Editora Paz e Terra, 2011. (a)

_____. **A Era do Capital**. São Paulo: Editora Paz e Terra, 2011.(b)

_____. **A Era dos Impérios**. São Paulo: Editora Paz e Terra, 2011. (c)

LAKATOS, E.M., MARCONI, M. de A. **Fundamentos de Metodologia Científica**. 7.ed. São Paulo: Atlas, 2010.

LIMA, Telma Cristiane Sasso de; MIOTO, Regina Célia Tamasso. Procedimentos metodológicos na construção do conhecimento científico: a pesquisa bibliográfica. **Revista Katalysis**, v. 10, p. 35-45, 2007.

MAFRA, Eunice Feitosa de Araújo. Dicionário da Língua Portuguesa. In: **LAROUSSE CULTURAL**. 3ª Ed. São Paulo: Nova Cultural Ltda, 1992. p.893.

MARX, Karl. **O Capital**: Crítica da Economia Política. Rio de Janeiro: Editora Bertrand Brasil, 1988.

_____. **O Capital**: crítica da economia política - Livro Primeiro. São Paulo: Abril Cultural, 1983.

_____. **O Capital**: crítica da economia política: livro I. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2012.

_____. Processo de Trabalho e Processo de Valorização. In: ANTUNES, Ricardo (Org.). **A Dialética do Trabalho**: Escritos de Marx e Engels. São Paulo: Editora Expressão Popular, 2004.

MENDONÇA, Sônia Regina de Mendonça. **Estado e Economia no Brasil**: opções de desenvolvimento. Rio de Janeiro: Graal, 1986.

MÉSZÁROS, I. **A teoria da alienação em Marx**. São Paulo: Boitempo Editorial, 2006.

NETTO, José Paulo. **Introdução ao Estudo do Método de Marx**. 1ª Ed. São Paulo: Expressão Popular, 2011.

NETTO, José Paulo (Org.). **O Leitor de Marx**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2012.

PRIEB, S.A.M.; CARCANHOLO, R.A. O trabalho em Marx. In: CARCANHOLO, Antunes (org.). **Capital**: Essência e Aparência. 1ª Ed. São Paulo: Expressão Popular, 2011. (p. 147-162)

QUIVY, Raymond; CAMPENHOUDT, LucVan. **Manual de investigação em ciências sociais**. 4ª Ed. Lisboa: Gradiva, 2008.

THÉBAUD-MONY, A.; DRUCK, G. Terceirização: a erosão dos direitos dos trabalhadores na França e no Brasil. In: DRUCK, G.; FRANCO, T. **A perda da razão social do trabalho**: terceirização e precarização. São Paulo: Boitempo, 2007.

TRASPADINI, Roberta; STEDILE, João Pedro (orgs.). **Ruy Mauro Marini**: Vida e Obra. São Paulo: Expressão Popular, 2005. 304p.

VASAPOLLO, Luciano. O trabalho atípico e a precariedade: elemento estratégico determinante do capital no paradigma pós-fordista. In: ANTUNES, Ricardo (Org.). **Riqueza e miséria do trabalho no Brasil**. São Paulo: Boitempo, 2006.

SAITO, Chikara. Políticas de emprego e crescimento do trabalho precário no Japão. In: **O trabalho atípico e a precariedade**. São Paulo: Expressão Popular, 2005.

ZONTA, Márcio. **Trabalho Precário, um drama diário**. Disponível em: <http://www.brasildefato.com.br/content/trabalho-prec%C3%A1rio-um-drama-di%C3%A1rio>. Acesso em 10 de maio de 2013.

6.1 LEITURA INICIAL

ANTUNES, Ricardo. Os modos de ser da informalidade: rumo a uma nova era da precarização estrutural do trabalho? **Revista Eletrônica Scielo**. Disponível em: <http://www.scielo.br/>. Acesso em: 12 fev. 2012.

ASSUNÇÃO, Ada Ávila; CAMARA, Guilherme Ribeiro. A precarização do trabalho e a produção de acidentes na colheita de árvores. **Revista Eletrônica Scielo**. Disponível em: <http://www.scielo.br/>. Acesso em: 12 fev. 2012.

COSTA, Daniel de Oliveira; TAMBELLINI, Anamaria Testa. A visibilidade dos escondidos. **Revista Eletrônica Scielo**. Disponível em: <http://www.scielo.br/>. Acesso em: 12 fev. 2012.

CRUZ, Fundação Oswaldo: Centro de Estudos da Saúde do Trabalhador e Ecologia Humana, Escola Nacional de Saúde Pública. Rio de Janeiro, RJ. Precarização do trabalho e desproteção social: desafios para a saúde coletiva. **Revista Eletrônica Scielo**. Disponível em: <http://www.scielo.br/>. Acesso em: 12 fev. 2012.

DEDECCA, Claudio Salvadori. Flexibilidade e regulação de um mercado de trabalho precário - a experiência brasileira. In: HIRATA, H; GUIMARÃES, N.A.; SUGITA, K. (Org.) **Trabalho flexível, empregos precários?** São Paulo: EdUSP, 2009.

DRUCK, Graça. Trabalho, precarização e resistências: novos e velhos desafios? **Revista Eletrônica Scielo**. Disponível em: <<http://www.scielo.br/>>. Acesso em: 12 fev. 2012.

FRANCO, Tânia. Alienação do trabalho: despertencimento social e desrenraizamento em relação à natureza. **Revista Eletrônica Scielo**. Disponível em: <<http://www.scielo.br/>>. Acesso em: 12 fev. 2012.

GRAZIA, Giuseppina Rosária de. De trabalhador a pedinte. **Revista Eletrônica Scielo**. Disponível em: <<http://www.scielo.br/>>. Acesso em: 12 fev. 2012.

HIRATA, Helena. A precarização e a divisão internacional e sexual do trabalho. **Revista Eletrônica Scielo**. Disponível em: <<http://www.scielo.br/>>. Acesso em: 12 fev. 2012.

HIRATA, Helena. Tendências recentes da precarização social e do trabalho: Brasil, França, Japão. **Revista Eletrônica Scielo**. Disponível em: <<http://www.scielo.br/>>. Acesso em: 12 fev. 2012.

LIMA, Jacob Carlos. Paradoxos do trabalho associado. **Revista Eletrônica Scielo**. Disponível em: <<http://www.scielo.br/>>. Acesso em: 12 fev. 2012.

LIMA, Sandra Mara Maciel de. Tecnologia *versus* qualificação: impactos no setor de saúde. **Revista Eletrônica Scielo**. Disponível em: <<http://www.scielo.br/>>. Acesso em: 12 fev. 2012.

MONTALI, Lilia. Provedoras e co-provedoras: mulheres-cônjuge e mulheres-chefe de família sob a precarização do trabalho e o desemprego. **Revista Eletrônica Scielo**. Disponível em: <<http://www.scielo.br/>>. Acesso em: 12 fev. 2012.

THEBAUD-MONY, Annie. Precarização social do trabalho e resistências para a (re) conquista dos direitos dos trabalhadores na França. **Revista Eletrônica Scielo**. Disponível em: <<http://www.scielo.br/>>. Acesso em: 12 fev. 2012.

TONI, Miriam de. Visões sobre o trabalho em transformação. **Revista Eletrônica Scielo**. Disponível em: <<http://www.scielo.br/>>. Acesso em: 12 fev. 2012.